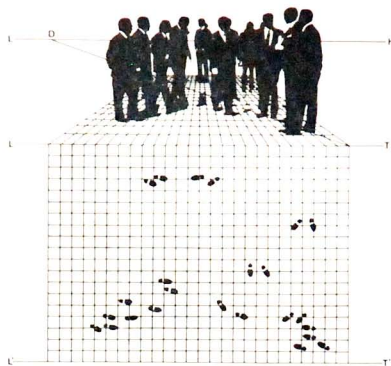


SOCIEDADE DIGITAL



BOLETIM 

48 INTERCOM



Tecnologia brasileira em cada produto Scopus.

Com muito orgulho.



A Scopus investe há oito anos no desenvolvimento de tecnologia própria, projetando e fabricando equipamentos adequados à realidade brasileira. Com sua experiência de líder no mercado de terminais de vídeo, a Scopus desenvolveu seus microcomputadores, e passou a oferecer as melhores soluções para comunicação e processamento de dados. Hoje, são 20 mil equipamentos Scopus

operando e processando um mundo de informações nas mais diversas empresas do País. Mas do que isso, resolvendo problemas específicos dos usuários. E a Scopus continua atenta às expectativas do mercado, sempre encontrando respostas brasileiras para as necessidades brasileiras.

Belo Horizonte: (31) 251 5803
 Brasília: (61) 224 9054
 Campinas: (19) 21 9829
 Curitiba: (41) 223 4451
 Porto Alegre: (51) 21 8143

SCOPUS
 tecnologia

Rio de Janeiro: (21) 520 2914
 São Paulo: (11) 250 7198 e 250 7917
 Salvador: (71) 233 9044
 São José dos Campos: (13) 22 8247
 São Paulo: (11) 250 1033

Itaú e ABB/SP

INTERCOM

Redação e Administração:

Rua Dr. Nicolau de Souza Queiroz, 478. Fone: 571-5076
 Correspondência: Caixa Postal 20793 — CEP 01498
 São Paulo — SP — Brasil

Edição: Afonso Klautau e Anamaria Fadul

Publicidade: Alceu Antonio da Costa

Capa: Regina Silveira

Composição/Impressão: Edições Loyola

SUMARIO

ENSAIO	Pág.
Democracia e Comunicação na América Latina — José Marques de Melo	3
ESPECIAL	
Cultura: o processo chileno — Anamaria Fadul	13
NOVAS TECNOLOGIAS	
A Sociedade Digital — Berta Sichel	20
Os Jornalistas e as Novas Tecnologias — José Hamilton Ribeiro	24
A Educação diante das Novas Tecnologias — Leticia Faria	26
ENSINO	
A implantação do novo currículo de Comunicação — Antônio Albino Canelas Rubim	32
A formação do jornalista diante do novo currículo — Othon Jambeiro	35
CULTURA	
Pós-História e Cultura — Vilém Flusser	39
INFORMÁTICA	
Seis projetos em discussão no Congresso — João Clodomiro do Carmo	44
NOTICIÁRIO INTERCOM — Anamaria Fadul	48
NOTICIÁRIO INTERNACIONAL — Margarida Londono	54
BIBLIOGRAFIA CORRENTE DE COMUNICAÇÃO	57

BOLETIM INTERCOM

Publicação Bimestral editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação — INTERCOM

Ano VII — n.º 48 — Maio/Junho 1984

INTERCOM

Diretoria (Biênio 1983/1985)
Presidente: Anamaria Fadul
Vice-Pres.: Laurindo L. Filho
Tesoureiro: Luiz F. Santoro
Secretário: Carlos E. L. Silva
1.º Secretário: Dilma Silva
2.º Secretário: Lúcia Araújo
Dir. Cient.: José M. de Melo
Dir. Cult.: Socorro Nóbrega
Dir. Edit.: Wilson Bueno
Conselho Fiscal:
José Mannel Morán
José Salvador Faro
Michel Thiollent
Regina Festa

Preço da Assinatura:
Cr\$ 14.000,00

Número avulso:
Cr\$ 3.000,00

Exterior: US\$ 20

Colaboradores deste número:

José Marques de Melo — Doutor em Jornalismo. Chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP. Coordenador da Pós-Graduação em Comunicação do Instituto Metodista de Ensino Superior.

Anamaria Fadul — Mestre e Doutora em Filosofia pela Universidade de S. Paulo. Professora da ECA-USP.

Berta Sichel — Mestre em Comunicação e Doutoranda na New York University. Jornalista profissional.

José Hamilton Ribeiro — Jornalista profissional. Ex-diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Leticia Faria — Assessora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP.

Antonio A. C. Rubim — Mestre em Ciências Sociais e Doutorando na USP. Professor da Universidade Federal da Paraíba.

Othon Jambeiro — Mestre em Ciências Sociais pela USP e professor da Escola de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade da Bahia.

Vilém Flusser — Ex-professor da Escola Politécnica da USP. Autor de vários livros e artigos. Participa ativamente de Cursos, Seminários e Conferências na Europa — onde vive atualmente (França) — e EUA.

João C. do Carmo — Pós-graduação na ECA-USP e Jornalista profissional. Editor da Folha Informática.

ENSAIO

DEMOCRACIA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

José Marques de Melo

O debate sobre as Políticas de Comunicação na América Latina não pode prosseguir, hoje, sem que se faça a devida contextualização histórica. A não ser que se pretenda transformar essa questão numa nova panacéia e utilizá-la como instrumento para gerar decisões governamentais alheias aos interesses das populações nacionais a que se destinam.

Desde 1970, quando a Conferência Geral da UNESCO recomendou estudos para formular tais políticas nos seus Estados membros, esse debate vem sendo tentado no continente, sem lograr contudo maior repercussão.

E preciso reconhecer que se trata de uma discussão cuja abrangência incluiu apenas dois núcleos sociais latino-americanos: o dos funcionários governamentais que participam dos organismos internacionais ou regionais (ONU, UNESCO, OEA) e o dos pesquisadores da comunicação que assessoram ou atuam como referencial crítico para o primeiro grupo.

Deve-se admitir que o assunto não passou despercebido aos proprietários dos meios de comunicação de massa, cuja conduta foi a de esboçar uma campanha de recusa à sua explicitação. Evitando dar-lhe projeção pública, os magnatas da indústria cultural trabalharam semi-silenciosamente para não legitimá-lo.

Tal debate nunca foi assumido claramente pelos Estados nacionais (através do Executivo ou do Parlamento), excetuando-se casos singulares como o da Venezuela ou do Peru (este, ao tempo dos militares nacionalistas liderados por Velasco Alvarado). Nem tampouco conseguiu motivar os Partidos Políticos. Muito menos logrou penetrar nas universidades, nos sindicatos, nas associações profissionais.

No último encontro da Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social (FELAFACS), efetuado em novembro de 1983, em Florianópolis, a discussão foi resgatada e proposta aos docentes e discentes ali presentes.

Sintetizamos aqui as observações ali esboçadas, bem como o posicionamento assumido, que se distancia de certo modo da orientação vigente em círculos que gravitam em torno da UNESCO.

2. Uma proposta da UNESCO

Para compreender exatamente o significado das PNC (Políticas Nacionais de Comunicação) é imprescindível situar a posição defendida pela UNESCO desde a sua criação.

Preocupar-se com a questão da comunicação tem sido uma constante na vida da UNESCO. Na medida em que sua responsabilidade institucional recai sobre a promoção e a difusão da educação, ciência e cultura, a UNESCO tem buscado meios para cumprir esse objetivo.

Como o incremento das atividades ligadas à produção e à reprodução do saber depende diretamente das condições econômicas e sociais de cada país, a UNESCO formulou a tese de que essas condições poderiam ser alteradas (desenvolvimento) através de uma mística capaz de mobilizar as populações nacionais (desenvolvimentismo). Papel privilegiado foi atribuído à comunicação de massa.

Na década de 50, a UNESCO desenvolveu esforços para convencer os governos nacionais do Terceiro Mundo (países não desenvolvidos) a lançarem mão dos meios de comunicação de massa disponíveis, especialmente daqueles de grande alcance (rádio, televisão), para uma grande campanha de disseminação da idéia de que era possível superar o atraso através da elevação do nível cultural do povo.

Essa campanha se alicerçava no pressuposto de que a expansão das oportunidades educacionais pelos sistema tradicional (escola) era dispendiosa e demorada, recomendando a implantação de redes de teleeducação (educação à distância). O moderno sistema (escolas radiofônicas e tele-cursos) já fora testado em países desenvolvidos e demonstrado eficácia pedagógica. Além disso, revelara rapidez no processo de aprendizagem e baixo custo no cômputo financeiro.

Conseqüência dessa argumentação convincente, reforçada com a difusão de experiências bem sucedidas em países africanos e asiáticos, foi a expansão dos meios de comunicação de massa na América Latina. Afinal de contas, pelas estatísticas da UNESCO a disponibilidade de recursos comunicacionais passava a ser indicador expressivo na ultrapassagem da fronteira do subdesenvolvimento.

O que ocorreu, em verdade, foi o crescimento vertiginoso dos veículos eletrônicos (rádio, televisão) e uma mutação tecnológica, sem expansão significativa, dos meios impressos. A década de 60 registrou, por exemplo, a substituição gradativa dos sistemas gutenberghianos de composição e impressão tipográficos pelos novos métodos de reprodução a frio — off-set. Nem sempre se avaliou, nessa voragem transformadora, a conveniência econômica da adoção da nova tecnologia em função da audiência reduzida a que se destinariam os produtos culturais a serem processados e distribuídos.

O surgimento das redes nacionais de televisão, dos conglomerados radiofônicos e das modernas gráficas implantadas pelos jornais, revistas e editoras de livros, não se fez sem repercussões sociais. Se, por um lado, maiores contingentes populacionais passaram a ter acesso a bens culturais antes restritos a uma elite (música, shows, filmes, notícias), por outro lado tais "benefícios" acarretaram dependências aos erários nacionais, pois tratava-se de importação de tecnologia aproveitando as linhas de créditos abertas pelo sistema bancário dos países desenvolvidos. Essa operação foi rotulada de "ajuda" aos países sub-desenvolvidos.

E a elevação do nível cultural do povo? Esta não se verificou plenamente. A não ser projetos isolados de educação para populações rurais (Rádio Sutatenza, na Colômbia; MEB, no Brasil), a expansão dos veículos eletrônicos na América Latina não alterou substancialmente a situação de analfabetismo e de carência cultural das classes trabalhadoras. O que provocou de imediato foi a difusão do consumismo, pois a publicidade comercial engenhosamente usou o rádio e a televisão para impingir os produtos supérfluos que as empresas multinacionais passavam a produzir na própria região.

Resultado: a modernização representada pelas novas oportunidades de comunicação massiva acarretou uma dupla dependência externa: tecnológica (porque os novos meios precisam de reposição, assistência técnica e gerenciamento, não disponíveis nos mercados nacionais) e econômica (porque a importação da tecnologia implica em acréscimo nas dívidas já existentes perante os bancos internacionais).

A considerar válidos os limites estabelecidos pela UNESCO, vários países latino-americanos já teriam se livrado da denominação de "subdesenvolvidos" pela aquisição de modernos meios de comunicação, pelas maiores oportunidades de informação cultural oferecidas aos seus habitantes. Apesar desse crescimento comunicacional, tais países continuavam registrando pauperismo econômico, empobrecimento das suas populações.

A década de 70 surpreende os países latino-americanos avaliando suas iniciativas no campo da comunicação. A própria UNESCO se antecipa e reconhece que a estratégia falhou: a comunicação por si só não é capaz de gerar desenvolvimento. Este, depende de decisões políticas.

Como sair do impasse?

A UNESCO bola uma novíssima fórmula: as PNC — Políticas Nacionais de Comunicação.

Seu objetivo seria o de *ordenar* o funcionamento dos sistemas nacionais de comunicação e *controlar* o seu crescimento desordenado.

De que forma? Através de uma ação eficaz do Estado, desenvolvendo mecanismos institucionais capazes de atingir aqueles objetivos.

As PNC surgiram articuladas com a proposta da NOMIC — Nova Ordem Mundial da Comunicação e da Informação — e apareceram como viabilizadoras iniciais desse projeto, principalmente no que se refere ao fluxo internacional das notícias.

No fundo, a UNESCO continuava acreditando que os meios de comunicação pudessem desempenhar papel positivo nos processos de transformação cultural. No entanto, essa crença deixa opaca a questão fundamental da transformação das estruturas sócio-econômicas, transparecendo a convicção de que as NPC podem operar o “milagre” do desenvolvimento, uma vez que sua instituição resulta de uma decisão política do Estado.

3. PNC: novidade?

Aparentemente, as PNC constituem uma novidade. No entanto, se as examinarmos rigorosamente, concluiremos que não passam da formalização de algo já existente. Logo, as PNC são a explicitação orgânica de práticas enraizadas na estrutura de cada país.

Por isso mesmo é que a UNESCO não se arrisca a propor a criação dessas políticas, recomendando a sua formulação. Ou melhor, a sua reformulação.

Todo país possui a sua Política de Comunicação. Ela pode não estar explicitada retoricamente e não aparecer traduzida por códigos, normas ou regulamentos. Mas existe. E funciona.

No caso latino-americano, a Política de Comunicação prevalescente tem sido a de assegurar a propriedade e o uso dos meios de comunicação de massa às classes dominantes (iniciativa privada), atuando o Estado como árbitro (controle político) das pendências entre as forças econômicas em competição e como provedor (anunciante, financiador) de recursos para a sua manutenção.

Conceitualmente essa Política de Comunicação orienta-se pelo princípio de que os meios de comunicação de massa encerram uma atividade mercantil, cujos canais vendem produtos e proporcionam lucros. Implicitamente admite a sua função política, tanto assim que o Estado cuidou de preservar o controle do processo, intervindo sempre que necessário para corrigir os desvios e neutralizar as distorções. Ou seja, repor as coisas no seu devido lugar, quando segmentos anti-burgueses conseguem utilizar seus espaços, facilitados pelas brechas que a lei assegura nas democracias formais.

Muitas vezes, quando se examinam as Políticas de Comunicação nos países latino-americanos tem-se a impressão de que existe uma

distinção entre os meios impressos e os áudio-visuais. Não passa mesmo de uma impressão, pois o princípio regulador que os orienta é um só: a burguesia explora os meios de comunicação de massa como reprodutores de capital, cabendo ao Estado o controle da propriedade e do seu funcionamento político.

No caso da radiodifusão, esse controle torna-se mais evidente pela limitação das possibilidades de exploração que têm suas fronteiras no próprio espectro radiofônico. Que não é ilimitado. Daí a necessidade de obter uma concessão para explorar qualquer emissora de rádio ou de televisão. Já, no caso do cinema ou da imprensa, as possibilidades são determinadas pela demanda social; o Estado atua só aparentemente como instituição cartorial, registrando as respectivas empresas. Na verdade, sua presença é bem mais profunda, sua atuação bem mais poderosa. No caso da imprensa, concedendo *otas de papel*, autorizando *importação* de equipamentos, fornecendo *créditos*, proporcionando *incentivos fiscais*, oferecendo *benefícios* e sobretudo *carreado receita publicitária*.

Logo, a Política de Comunicação predominante na América Latina, com exceção de Cuba (onde o Estado detém a propriedade e o controle dos meios de comunicação de massa) corresponde a uma articulação entre a Burguesia e o Estado, que asseguram o monopólio desses instrumentos de reprodução simbólica. O Estado latino-americano é um Estado a serviço dos interesses burgueses, donde o privilégio que atribui para o controle dos MCM.

A participação das classes trabalhadoras nos meios de comunicação é residual e conjuntural, dando-se pela abertura da “livre iniciativa”, mas restringindo-se pela natureza industrial desses meios que exigem capitais e equipamentos para o seu manejo e operação. Como não os possuem, os trabalhadores limitam-se a fazer funcionar pequenos veículos, defendendo seus pontos de vista, mas sem conseguir difundirlos pelo contingente majoritário da sociedade, em face da impossibilidade de competir com a pujança do complexo burguês.

Em que medida a formulação de Políticas Nacionais de Comunicação pode alterar esse quadro? Limitando e restringindo o monopólio burguês? Assegurando recursos estatais para viabilizar o surgimento de redes proletárias de comunicação? Ou, simplesmente, fortalecendo os sistemas estatais de comunicação?

4. Ambigüidades e incertezas

Pela retórica da UNESCO, uma das metas fundamentais das PNC dirige-se para *ordenar* os meios de comunicação de massa.

Imediatamente surge a indagação: como ordenar algo que é estruturalmente desordenado?

Trata-se de uma verdadeira "missão impossível", porque na essência do capitalismo está a "liberdade de iniciativa", não alterada fundamentalmente pelas intervenções conjunturais do Estado no processo económico.

Outra dúvida suscitada pelas PNC é o perigo da estatização que elas trariam no seu bojo. Tal receio costuma unir forças antagónicas nas sociedades latino-americanas, naturalmente motivadas por diferentes convicções.

As empresas de comunicação rejeitam essa hipótese, levantando a bandeira da liberdade de imprensa, capitaneadas pelas organizações que reúnem os proprietários de jornais e emissoras de rádio-TV: a SIP — Sociedade Interamericana de Imprensa — e a AIR — Associação Interamericana de Radiodifusão.

Tal recusa encontra eco favorável nas instituições que compõem a Sociedade Civil, apreensivas pelo caráter autoritário que marca a fisionomia do Estado na América Latina.

Diante desse panorama hostil, que se agravou com a militarização de vários países do continente na década de 70, as PNC não encontram ambiente favorável para o seu debate e legitimação. Tornou-se geral a preocupação de não respaldá-las, da maneira como a UNESCO lançou a idéia, e não obstante as boas intenções que as embasavam, justamente pelo modo de reforçar o controle dos regimes totalitários sobre os meios de comunicação, reduzindo enormemente o espaço de atuação das forças oposicionistas, burguesas ou anti-burguesas.

Por outro lado, a recusa à estatização embutida nas PNC teria também como pressuposto a baixa eficiência do Estado enquanto gerente dos meios de comunicação. A imagem negativa (elitista ou aborrecida) das emissoras estatais produz reação natural da intelectualidade ou das lideranças populares à maior participação do Estado nesse campo.

Some-se a tudo isso postura misteriosa que o próprio Estado assume na América Latina diante dos meios de comunicação de massa, sob o seu controle direto ou indireto. A regra comum tem sido a de evitar o desvendamento ou a exegese das políticas vigentes, supostamente para evitar o aguçamento das contradições que encerram.

5. PNC como projeto da Sociedade Civil

Se a proposta original da UNESCO demonstra ambigüidades, é possível porém discernir certos traços que as identificam com os

projetos políticos das vanguardas latino-americanas. O que corresponde a não descartá-las categoricamente, mas sim a resgatar a sua provável inspiração transformadora.

Assim sendo, é necessário recolocar o debate a partir da seguinte perspectiva: para que as PNC?

Para aumentar a eficácia dos meios de comunicação dentro dos marcos do sistema sócio-político vigente ou para alterar esse sistema, substituindo-o por um outro, definido pelos interesses das maiorias latino-americanas?

Na segunda hipótese, as PNC só têm sentido se articuladas com as Políticas Económica, Cultural e Científica, que confluem para o projeto de autonomia da América Latina dentro de uma nova ordem mundial.

Assim concebidas, tais políticas apontam para uma incógnita: quem deve formulá-las?

Até agora, esse privilégio tem sido atribuído ao Estado. Isso tem ocorrido em função daquela compreensão equivocada que atribui ao Estado o papel de oponente da iniciativa privada.

Sendo corrente, hoje, a visão que desvincula o Estado da sua auréola de neutralidade, de catalizador do interesse público, de instância acima das classes sociais, não se pode admitir que a formulação de Políticas destinadas a dar uma nova dinâmica aos meios de comunicação, seja confiada ao aparelho estatal dominante, ou seja, ao executivo. Que, em verdade, representa os interesses da própria iniciativa privada, ou seja, da fração burguesa hegemónica.

A formulação de PNC comprometidas com a transformação do sistema comunicacional vigente (e, por consequência, com a alteração estrutural das sociedades em que atuam) só tem sentido se contar com a participação de todas as forças vivas de cada nação. Desde os contingentes incrustados no aparelho executivo e judiciário até os representantes parlamentares (legislativo), incluindo todas as associações profissionais, partidos políticos, movimentos sociais etc.

Trata-se de conceber Políticas de Comunicação que contemplem os interesses das grandes maiorias e privilegiem o papel efetivamente cultural dos meios de comunicação de massa.

A grande dificuldade para lograr intento dessa natureza está no papel secundário que as entidades vinculadas à expressão da Sociedade Civil atribuem à questão da comunicação.

O caso brasileiro é sintomático. Os partidos políticos não têm nenhuma clareza quanto ao papel social dos MCM, nem tampouco possuem alternativas para reestruturar o seu sistema de propriedade. Os sindicatos, por sua vez, minimizam a sua significação e sequer lutam pelo acesso dos MCM para dar amplitude às suas lutas económicas.

Isso traduz naturalmente a fraqueza da Sociedade Civil na América Latina, diante de um Estado historicamente forte e cada vez mais tendente ao controle centralizado, autoritário.

Pensar novas PNC significa em primeiro lugar sensibilizar a Sociedade Civil, mobilizando-a para compreender melhor a questão da comunicação no mundo contemporâneo, dimensionando os *mass media* como espaço privilegiado para o exercício da política. Em outras palavras: fazendo-a entender que as lutas pela transformação social e econômica não podem prescindir da mediação dos instrumentos mecânicos ou eletrônicos da informação que até agora têm sido decisivos para beneficiar as hostes da burguesia (imperialista ou nacionalista) e para retardar o avanço das forças populares.

6. PNC para sociedades democráticas

A luta pelas Políticas de Comunicação na América Latina deve portanto constituir parte integrante da luta pela democratização das nossas sociedades nacionais.

É impossível pensá-las separadamente, sob o risco de contribuímos para o reforço do controle autoritário que a burguesia e o Estado burguês dispõem em relação aos MCM.

Igualmente, a luta por PNC democráticas implica defender o princípio de que a comunicação não pode continuar a ser tratada como *mercadoria*, mas como *bem cultural* ou como *serviço público*, donde a necessidade do seu controle dinâmico pelas forças vivas da sociedade.

Formular PNC democráticas implica romper o monopólio da burguesia, sem contudo excluí-la de participação. Significa também neutralizar o controle autoritário do Estado, que se tem conduzido como gendarme dos interesses burgueses.

Na construção das sociedades democráticas que pretendemos para a América Latina é indispensável situar a comunicação como bem social que só adquire sentido pleno se for precedido de conquistas que decorrem da distribuição justa do produto social e assegurem o usufruto dos meios de reprodução simbólica (posse e direção) a todas as classes e camadas sociais.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRAN, Luis Ramiro — No renunciemos a la utopia, *Chasqui* 3:6-13, Quito, CIESPAL, 1982.
CAMARGO, Nelly e PINTO, Virgilio Noya — *Communication Policies in Brazil*. Paris, UNESCO, 1975.

- DIAS, Marco Antonio Rodrigues — Política de comunicação no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge — *Meios de comunicação: realidade e mito*. São Paulo, Nacional, 1979, p. 252-277.
FARO, José Salvador — Nova Ordem Econômica Internacional: Ilusões e Realidades, *Ciência e Cultura* 29 (2): 129-142, São Paulo, SBPC, 1977.
MARQUES DE MELO, José — "Mass media" e desenvolvimento: os índices mínimos da UNESCO. In: *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 26-30.
MARQUES DE MELO, José — Políticas Nacionais de Comunicação. In: QUEIROZ E SILVA, Roberto P. — *Temas Básicos de Comunicação*, São Paulo, Paulinas/Intercom, 1983, p. 193-196.
MEHDEN, Fred R. von der — *Politics of the Developing Nations*, 2ª ed. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1969.
MOTTA, Luis Gonzaga — Costa Rica: seis años después, *Chasqui* 3:14-19, Quito, CIESPAL, 1982.
MOTTA, Luis Gonzaga e SILVA, Ubirajara — Críticas a las políticas de comunicación, *Comunicación y Culturas* 7:11-28, México, UAM, 1982.
RONCAGLILOLO, Rafael — El NOMIC: Comunicación y Poder, *Chasqui* 3:32-40, Quito, CIESPAL, 1982.
SOMMERLAND, E. Lloyd e outros — *Políticas y sistemas nacionales de comunicación social*. México, Presidencia de la Republica, 1981.
UNESCO — *Hacia una política realista de la comunicación* (Estudios y Documentos de Comunicación Social, 76). Paris, 1976.
UNESCO — *Communication indicators and indicators of socio-economic development* (Communication and Society 3). Paris, 1979.
UNESCO — *Intergovernmental Conference on Communication Policies in Africa — Final Report*, Paris, 1981.
UNESCO — *Historical background of the mass media declaration* (New Communication Order, 9). Paris, s/d.
UNESCO — *Um mundo e muitas vozes — comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro, FGV, 1983.

"Leer, por lo pronto, es una actividad posterior a la de escribir: más resignada, más civil, más intelectual" (J. L. Borges)



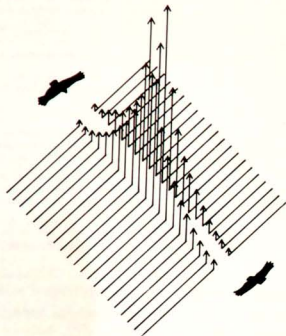
SERIDÓ
livros

Sociologia — Política — Filosofia
História — Literatura

Av Ipiranga, 200 — Galeria Copan — Loja 40 ---
Tel.: 259-9625 — CEP 01046 — São Paulo

CULTURA

O processo chileno



* Gravura de Regina Silveira.

Uma reflexão sobre o papel da cultura no processo de redemocratização no Chile, a partir da análise do projeto do CENECA — Centro de Indagación y Expression Cultural y Artística. É o que nos propõe Anamaria Fadul neste artigo, onde avalia o trabalho realizado por este Centro desde sua fundação até os nossos dias.

ESPECIAL

CULTURA E PROCESSO POLÍTICO NO CHILE

Anamaria Fadul

O surgimento do Centro de Indagación y Expression Cultural y Artística — CENECA — em 1977 está relacionado, ao mesmo tempo, com a conjuntura chilena e com um grupo de trabalho que tinha seu núcleo na Escola de Arte e Comunicação, da Universidade Católica do Chile. Com o encerramento das perspectivas das atividades docentes e de pesquisa surgiu a necessidade de se criar um espaço que pudesse substituir aqueles existentes anteriormente no âmbito acadêmico.

Com o apoio inicial da UNESCO, esse grupo, composto inicialmente de 30 pessoas, agrupadas em duas áreas específicas, realizadores, artistas e cientistas sociais, iniciou um trabalho pioneiro na área cultural. Atualmente é dirigido por um Comitê Executivo eleito pela Diretoria e conta ainda com 27 sócios e um Comitê Consultivo.

De 1977 a 1981-1982 o CENECA poderia ser identificado como um centro de pesquisa cuja principal atividade estava centrada nas atividades de registro do que se passava, tanto na área de artes (teatro, música, cinema) como na área de comunicação (meios não oficiais, micromeios, televisão). Essa atividade poderia mesmo ser considerada em certo sentido nostálgica, uma vez que se considerava a situação pós-73 como transitória.

As pesquisas sobre música, canto, teatro apontavam para as possibilidades expressivas da linguagem artística, uma linguagem mais direta, no momento em que se fechavam todos os espaços políticos tradicionais. Por outro lado, na área de comunicação se estudava os espaços alternativos. O primeiro trabalho de comunicação examinava o espaço radial não oficialista, ou seja as rádios consideradas alternativas no momento, com o objetivo de saber até que ponto elas eram realmente alternativas. Os estudos dos micro-meios também indicavam a mesma direção. O objetivo principal da pesquisa realizada em 79-80 era reunir e cadastrar os micro-meios então existentes, especialmente aqueles relacionados com o movimento estudantil e o movimento operário. O estudo desses meios por sua vez mostrava a exigência de uma análise do sistema de comunicação no Chile. É quando se realiza a pesquisa *Políticas de Comunicação sob uma ordem autoritária*.

Nessa mesma ordem de preocupação, se realiza em 79 a pesquisa sobre Televisão tentando captar suas principais mudanças pós-73 e um trabalho de revisão do Cinema Chileno, com o auxílio de cinco realizadores que faziam uma avaliação desse cinema até o momento (1978).

Ainda nesse período se realiza o *Encontro de Recopiladores do Folclore* (81-82), quando se constata o reaparecimento das festas religiosas. Essa área de pesquisa que durante o governo da Unidade Popular havia quase desaparecido da Universidade, permaneceu, entre tanto, como um tipo de pesquisa realizada fora do espaço oficial.

Nessa primeira fase, portanto, o CENECA estava voltado, de um lado para a discussão e o registro do que tinha sido e do que era o sistema de comunicação e arte e, por outro lado, tratava de desenvolver uma metodologia do que fazer artístico com o duplo objetivo de colaborar com os grupos artísticos para que refletissem sobre suas práticas, permitindo a formação de um movimento de reflexão, de acumulação, com a publicação dos debates e servir como um espaço que permitisse vencer os fortes preconceitos existentes entre os diferentes grupos de teatro, música, artes plásticas, etc.

A partir de 1981-1982 há uma significativa mudança não somente no perfil institucional como também nas atividades realizadas, com sua ampliação para outros setores da população. Não são somente grupos de artistas, profissionais, ligados àquelas práticas artísticas já reconhecidas pelo sentido comum dominante, como o teatro, a música, a literatura, o cinema que participam dos encontros, seminários. Poder-se-ia falar de uma abertura para os setores médios e populares-urbanos.

Essa segunda fase do CENECA corresponde também a uma nova conjuntura econômica, política e social. Com o fim do *boom* do consumismo, que de 77-78 a 81 permitiu um acesso indiscriminado ao crédito a todos os setores da população e com o plebiscito realizado em 81, se completou de forma muito clara o projeto de refundação do regime, que já se delineava a partir das mudanças econômicas de 76. A ruptura institucional de 73 não havia representado a implementação de um projeto neo-liberal, mas sim a tentativa de restauração da democracia e ordem constitucional, ao passo que agora se visualizava uma etapa de refundação do regime econômico, político e social.

Os primeiros cursos de Educação para a televisão começam em 81, com a colaboração sistemática de instituições como o CENCOSEP e o CEM, sofrendo uma ampliação em 82-83. Inicialmente estes cursos estavam destinados especialmente aos professores e pais de família.

Em 84, se pretende ampliar o projeto para públicos mais específicos: camponeses e setores populares urbanos.

Ainda em 81, como parte de um novo projeto institucional ainda não totalmente delineado, é realizado o *Primeiro Encontro de Teatro Popular Urbano*. O teatro agora é compreendido como um processo. O trabalho com um grupo popular-urbano significa antes de mais nada a possibilidade de conhecimento do grupo, do meio social.

Ainda dentro dessa experiência com o teatro se realizou em Concepción durante o ano de 1983-84 um Seminário sobre Teatro e um curso de Capacitação, que será dado novamente em Chiloé, juntamente com o curso de Educação para a Televisão e de capacitação de monitores para Cine-Forum.

Uma outra atividade que teve um efeito multiplicador muito grande foi aquela desenvolvida com o CENCOSEP para a realização de Cine-foruns e Cursos de Capacitação para monitores. A partir de 82 se inicia uma série de cursos em colaboração com colégios católicos para setores de alta e baixa renda e publicações referentes à experiência.

A realização do Seminário sobre *Realidade e Transformação do sistema comunicativo sob o autoritarismo*, uma atividade que se realizou pela primeira vez em 83, contou com a participação de 32 alunos de jornalismo das Universidades do Chile e da Universidade Católica do Chile.

Por sua vez, nesse período também se inicia um contato mais próximo com outras instituições, ao se possibilitar a ida de pesquisadores do CENECA a encontros regionais de comunicação.

As publicações feitas por CENECA, desde seu início, representam talvez uma das únicas contribuições sistemáticas ao desenvolvimento da Teoria e da Pesquisa em Arte e Comunicação no Chile, no período posterior a 1973. O seu maior mérito está em dar conta de todos os setores que tinham importância na realidade chilena e, portanto, tratar de formas de representação vivas e mutáveis. Por outro lado, sua distribuição a outros países da América Latina tornou a realidade chilena mais permeável à compreensão dos pesquisadores de outros países. Entre as mais importantes publicações citaria os vários trabalhos de sínteses históricas realizados no domínio do cinema, teatro, música, rádio e televisão, além do trabalho sobre a *Pesquisa em Comunicação no Chile*.

Uma das contribuições do CENECA tanto no Chile como na América Latina, está na ênfase da perspectiva histórica, que diferencia esta instituição da maioria das outras instituições em nosso continente que, sempre em busca de novos modismos, se limitam à formulação de teorias gerais sobre arte e comunicação. O único labora-

tório para a pesquisa na área cultural ainda segue sendo a história. O abandono das tentativas de formalização do discurso representou um importante avanço para construção de uma Teoria Crítica da Comunicação e da Arte.

Por outro lado, as discussões nas áreas de Estética e Comunicação apontam respectivamente para uma Estética da Recepção — não mais centrada única e exclusivamente na obra de arte, mas considerando a experiência artística do receptor como uma importante dimensão do conhecimento artístico e para uma Teoria da Comunicação que, tratando de superar o dualismo emissor-receptor, considera a comunicação como um processo dialógico e de dupla via. A recepção, nessa perspectiva não é mais considerada um simples consumo, mas como um fazer, uma atividade a ser analisada em toda sua complexidade. Esse trabalho, embora ainda inicial, aponta para uma outra concepção de cultura.

A nova temática *Democratização e processo cultural*, que deverá orientar o trabalho dessa instituição nos próximos dois anos, representou um deslocamento significativo do enfoque das pesquisas até então realizadas. Partindo do estudo dos espaços alternativos, passou-se pelo exame das práticas culturais sob o autoritarismo para se chegar no momento atual ao tensionamento da relação democracia e processo cultural.

Durante os anos imediatamente posteriores a 1973, a única alternativa viável era tentar resguardar o espaço cultural como uma forma de garantir a memória do país. Durante esse período e, posteriormente, com o surgimento do CENECA, se tentou, de forma bastante elaborada e consistente, redefinir o papel da cultura no processo político chileno. Na medida em que se dava o fechamento das atividades políticas tradicionais (partidos, sindicatos, associações, etc.), o único espaço de ação política possível foi aquele representado pelas diferentes práticas culturais. O trabalho do CENECA deve ser visto, portanto, a partir de uma ampliação do político. Nesse sentido, sua contribuição aos estudos sobre cultura na América Latina são valiosas, pois a partir de uma opção conjuntural se descobriu toda a importância do trabalho cultural. Tradicionalmente os estudos realizados por cientistas sociais sempre consideraram a cultura como uma temática menor, como um pequeno parêntese nas análises consideradas relevantes para uma real transformação, objeto talvez no futuro de uma maior atenção, uma vez resolvidas as contradições mais importantes que se situavam no domínio econômico, político e social.

Pelo fato do trabalho cultural apresentar uma série de dificuldades, uma vez que inclui uma quantidade muito grande de variáveis — a cultura é um terreno movediço — sempre foi muito mais cô-

modo e confortável, ao invés de apreender suas contradições, reduzi-las quase sempre à uma única dimensão; ou nos defrontamos com uma cultura alienada, espúria, distante de suas raízes, ou com uma cultura liberadora, autêntica, em íntima relação com o nacional e o popular.

Trabalhar com as contradições e assumi-las como uma nova metodologia do trabalho teórico e prático não somente é difícil como implica o abandono de concepções abstratas e idealizadas do que seria uma verdadeira prática cultural. O sonho, a evasão também fazem parte da cultura de um povo e historicamente sempre existiram como expressões culturais de distintos povos em distintos países, e não são incompatíveis com uma visão crítica da realidade. A excessiva ideologização da cultura significa reduzi-la à uma única dimensão, da mesma forma que o sistema dominante faz hoje, ao reduzi-la à pura evasão.

A partir de 83 mudanças importantes aconteceram no Chile. A principal delas refere-se aos protestos populares ocorridos durante todo o ano, que representaram uma surpresa até mesmo para os setores mais mobilizados. De outro lado, o surgimento de uma coalizção opositora, a abolição da censura aos livros, uma maior liberalização das atividades artísticas e comunicacionais, especialmente revistas, rádio e em menor grau, o jornal e a televisão, a volta de políticos, pesquisadores, profissionais, artistas exilados, representou uma certa atenuação da repressão nos setores médios. A repressão aos setores populares-urbanos aumentou do ponto de vista econômico, político e social, embora se possa perceber nesses setores também uma certa ampliação do espaço das práticas culturais.

Nesse contexto, a necessidade de se reavaliar o papel da cultura aparece como uma necessidade inadiável e urgente, pois a cultura se transformou em espaço pluripartidário, onde as profundas divergências políticas existentes em uma sociedade altamente politizada como a chilena, poderiam ser um pouco mais matizadas, permitindo a busca de soluções de consenso, na ampla frente de oposição que se formou recentemente.

Além de sua importância para a atual conjuntura chilena, o novo projeto pode ter profundas repercussões em outros países, uma vez que se compreende o importante papel organizativo que tem a cultura. Esta não pode mais continuar sendo vista a partir de um ponto de vista exclusivamente estatal, partidário, sindical, etc., mas tem que ser enfocada a partir de uma perspectiva ampla, pluralista, de forma a permitir trabalhar com as contradições existentes na sociedade.

Os equívocos mais comuns em que se incide no plano cultural é que, em períodos de normalidade democrática, a cultura volta a

um plano secundário e passa, mais uma vez, a ser vista de um ponto de vista instrumental. Estado, Partidos, Sindicatos, etc., recorrem à cultura não como uma instância organizativa importante da sociedade, mas como um meio de se atingir determinados fins. Essa ruptura meios-fins tem representado uma tônica naqueles países em que se tem um Estado forte e uma sociedade civil fraca. A redefinição, portanto, do papel da cultura em um período de transição pode ter conseqüências importantes na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Já não é mais suficiente descrever e analisar as diferentes formas ou processos de dominação, mas partir para uma atitude de maior intervenção na realidade cultural e social. Trata-se, entretanto, de uma intervenção de tipo novo, com a reformulação dos principais conceitos e práticas do mundo da política tradicional. O abandono das alternativas clássicas de mudança social, com um importante papel a ser representado por um partido de vanguarda, deslocou o eixo da análise para as várias instituições da sociedade civil e, especialmente, para os movimentos sociais.

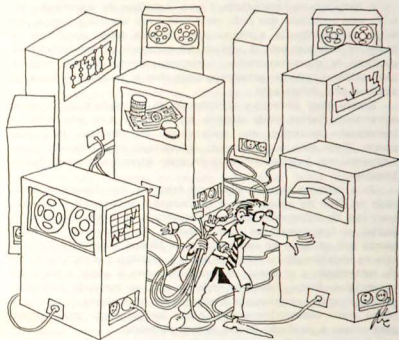
Essa nova proposta de trabalho pode representar, em uma determinada conjuntura, um importante ponto de apoio e pode garantir para os estudos sobre a cultura uma maior importância e relevância. Não mais considerá-la como uma atividade subordinada, marginal, reflexa, mas o centro a partir do qual se possa pensar não somente o político, mas também o econômico e o social.

A desarticulação do espaço cultural chileno esteve muito relacionado com o papel hegemônico que o Estado mantinha na esfera cultural. Apoiadas em instituições da sociedade civil, as políticas culturais além de uma maior penetração e vinculação com o tecido social, seriam muito mais estáveis e poderiam representar um importante passo para a conquista e consolidação da democracia.

Nesse sentido, a responsabilidade de um Centro como CENECA é de especial relevância para o debate sobre políticas culturais democráticas. Não se trata de restaurar o passado, mas sim de recriá-lo em bases complementamente distintas, pois tampouco se poderia dizer que antes de 73 existiam políticas de cultura que pudessem contemplar a complexidade e diversidade da realidade social chilena.

INFORMAÇÃO

As novas tecnologias



“A sociedade contemporânea é uma sociedade de informação”. É o que diz Berta Sichel, no primeiro dos três artigos que compõem um breve painel da controversa questão das novas tecnologias da comunicação. José Hamilton Ribeiro fala do papel dos jornalistas diante do tema e Leticia Faria traça um paralelo entre educação e tecnologia.

A SOCIEDADE DIGITAL

Berta Sichel

A sociedade contemporânea é uma sociedade de informação. Ou seja: uma sociedade que cada vez estará mais envolvida com a produção, processamento e transmissão de uma larga quantidade de dados de toda natureza. A maioria irá satisfazer as necessidades específicas de super-corporações, burocracias governamentais, organismos militares, estados industriais avançados e, também, a ansia individual pela informação.

Dentro deste contexto a *digitalização* da sociedade é um processo irreversível. Talvez ainda demore meio século para este meio de transmissão se impor, mas nada deterá seu domínio. Nem uma guerra. Nesta caso, o processo de *digitalização* será acelerado, como aconteceu com o desenvolvimento do radar durante a Segunda Guerra Mundial.

Para entender os argumentos em favor da digitalização da sociedade no final do século XX, é fundamental compreender que qualquer tipo de informação pode ser transmitida de forma analógica ou digital — basicamente as duas maneiras de transmissão de informação por um meio de telecomunicação. Mesmo correndo o risco de cair na simplificação, a diferença entre a primeira e a segunda forma de transmissão é a mesma de uma locomotiva a vapor e um avião supersônico. Numa sociedade onde já está se tornando impossível distinguir entre comunicação e serviços de computação, o sinal analógico como emissor/transmissor é tão ineficaz como uma caravela para escoar a produção de um parque industrial.

Analógico significa a transmissão contínua de variadas frequências. O som, como qualquer entusiasta de alta fidelidade sabe, consiste numa expansão de frequência entre 30 a 15.000HZ, ou até 20.000HZ para as pessoas de bom ouvido. Se alguém deseja transmitir música em alta fidelidade através de linhas telefônicas (o que tecnicamente é possível) deverá enviar esta informação continuamente e numa variação de frequência entre 30 e 20.000HZ. A corrente que passa pelo fio poderá variar continuamente acompanhando a modulação do som que o ouvinte está escutando.

Digital é a transmissão de pulsações on/off, de caráter numérico, permitindo trabalhar com a representação da informação, da mesma

forma que esta viaja pelos circuitos de um computador. Phillipé Granjé que é diretor do projeto Telecon I (o primeiro satélite de comunicação digital da França) explica que usando o sistema digital não se transmite um sinal, mas *bits*, ou a medida da informação. Atualmente altas taxas de bits já podem ser transmitidas em segundos e com o desenvolvimento dos circuitos integrados de larga e muita larga escala esta capacidade será aumentada de uma forma inimaginável. Um micro chips do tamanho de uma unha concentrará incontáveis micro circuitos aglissimos, e não há exagero algum em afirmar que a velocidade da luz não será suficiente para os super-computadores.

Um sinal telefônico que chega hoje às nossas casas é analógico, capaz de transmitir certa quantidade de frequências. Se alguém quiser transmitir data computadorizada através de linhas telefônicas terá de converter os bits (sinais digitais) em analógicos. Isto é facilmente conseguido usando um dispositivo especial chamado *modem*, o qual converte *data* em frequência contínua — a variação da voz transmitida por telefone. Os aparelhos de televisão acoplados a um sistema de videotexto, por exemplo, são equipados com o *modem* que permitem às informações armazenadas num banco de dados serem transmitidas via telefone. Desta maneira, é possível usar qualquer canal telefônico existente no mundo para enviar dados digitalizados.

Também é possível transmitir a voz humana através de canais digitais, bastando convertê-la a uma forma digital. Na verdade, qualquer sinal analógico pode ser digitalizado: música em alta-fidelidade, imagens televisivas, *output* de uma fotocopiadora. Música em alta-fidelidade necessitará um maior número de bits/segundo do que o som transmitido por telefone; televisão muito mais do que a transmissão do som. A taxa de bits — ou a quantidade necessária de bits — dependerá da variação da banda de frequência do sinal analógico, como também do número de diferentes níveis de amplitude que uma pessoa deseja ser capaz de reproduzir.

Quase todas as centrais telefônicas do mundo cresceram (e prosperaram) usando a transmissão analógica. A maioria delas continuará assim por muitos e muitos anos por causa dos investimentos milionários com equipamentos. Mas é quase certo que, se tivessem de começar do zero, as companhias de telecomunicações seriam inteiramente digitais, com exceção às conexões locais entre assinantes. Se sinais digitais formam a base dos ligamentos dos sistemas de comunicação, a *data* computadorizada não necessita ser convertida em forma analógica para ser transmitida. Como os circuitos do futuro serão desenhados para transmitir pulsações em velocidades ultrarápidas através das quais televisão, fac-símile e dados de qualquer natureza serão codificados e enviados de uma maneira uniforme, será

muito mais econômico, rápido e confiável usar unicamente o sinal digital do que manipular toda esta informação e comprimí-la dentro de canais designados exclusivamente para voz. Esta é que será codificada e transmitida através de canais basicamente digitais.

Knowledge Business

Um dos fatos atuais que melhor comprova a irreversibilidade desta situação, é o acordo firmado há pouco mais de seis meses entre a AT&T e o Departamento de Justiça americano. Depois de quase uma década de disputa, envolvendo centenas de advogados, consultores jurídicos, juizes federais e estaduais a maior corporação da história dos negócios, conseguiu se libertar das 22 companhias telefônicas e está livre para competir no não-regulado mercado de serviços de informação.

Não que o serviço telefônico nos EUA seja um negócio deficitário. A renda da AT&T em 1981 foi de US\$ 59,21 bilhões de dólares e as companhias telefônicas contribuíram com cerca de 50% deste total. Somente a companhia telefônica de Nova Iorque pagou à holding do grupo US\$ 1,4 bilhão — mais do que o tão comentado empréstimo que Ronald Reagan concedeu recentemente ao Brasil. A razão porque a AT&T resolveu abrir mão da exploração dos serviços telefônicos é simples: nos Estados Unidos este é regulado por um emaranhado de leis, algumas da época de Al Capone, vigilantes rigorosas da maneira pela qual este negócio é conduzido. Estas leis formam o Communication Act — o mais importante documento da legislação americana no setor, apesar da visível desatualização em inúmeros pontos. Foi através dele que a AT&T ganhou o monopólio da exploração dos serviços telefônicos no país — assim como a Western Union o dos telégrafos. Por causa das leis que regulam o monopólio, a AT&T não poderia partir para a exploração do amplo mercado de telecomunicações, muito mais promissor e não-regulado. O que a companhia chama de *Knowledge Business*.

É óbvio que se a AT&T pudesse jogar nos dois campos ao mesmo tempo, não teria aberto mão das 22 companhias telefônicas. Mas nem pensou duas vezes diante do impasse legal, da impossibilidade de crescimento do setor (a rede telefônica americana cobre 91% do território) e da obsolescência do telefone como meio de comunicação/informação. A AT&T sabe que sociedades onde a *informação* e o *conhecimento* serão as principais fontes de divisas, não podem continuar sendo movidas por tecnologias úteis a uma sociedade industrial, onde o progresso e o lucro eram uma consequência do *capital* e do *trabalho*.

As circunstâncias econômicas em favor da transmissão digital são apresentadas — seja pela a AT&T ou em livros teóricos sobre o assunto — com base em dois fatores principais: menor custo e maior velocidade. O sinal digital permite a construção de canais com alta banda de frequência, ou seja: com alta capacidade para transmitir informação. No momento, a transmissão de dados só utiliza uma pequena parte da capacidade das bandas de frequência em uso, mas a tendência é aumentar esta participação muito mais rapidamente do que qualquer outro uso de uma cadeia de telecomunicação.

O sinal digital chega ao destinatário muito mais depressa e pode ser convertido facilmente em voz, texto ou informação visual. Com a adoção deste modo de transmissão também ficam eliminados os custos de codificação/decodificação/multiplicação e conexão de transmitir bits por meio de sinais analógicos. Além disso, sistemas digitais permitem a criação de uma série de novos serviços como: correio eletrônico, transferência de fundo bancário, informação jornalística e entretenimento *via* algum meio eletrônico de comunicação. Estes serviços são interativos e o sinal analógico, além de não ser interativo, é incapaz de armazenar e recuperar a informação.

Existem ainda outras vantagens no uso de técnicas digitais para a transmissão de dados. Quando um sinal analógico é amplificado, o barulho e a distorção são amplificados juntos. A medida que este sinal vai passando pelas várias estações de amplificação até chegar ao receptor, o barulho e a distorção aumentam num processo cumulativo. Numa transmissão digital, cada estação repetidora regenera as pulsações. Novas e claras pulsações são reconstruídas e transmitidas para a próxima repetidora, onde outro processo de "limpeza" ocorre. Mesmo que os *bits* viajem num meio dispersivo e barulhento, ao invés de se tornarem mais barulhentos e distorcidos, permanecem em 99% das vezes imune aos efeitos de corrosão do meio.

A chave da questão como coloca Phillippe Granjé é que digital é igual a dados e dados significa que o computador pode ser usado para transmitir qualquer tipo de informação. Se a locomotiva a vapor e os subsequentes desenvolvimento dos meios de transporte asseguraram a sobrevivência de uma sociedade industrial, o sinal digital terá o mesmo papel numa sociedade de informação. Esta se distingue das demais pela privatização e comercialização de dados e necessita da velocidade, potência e confiabilidade da transmissão digital para melhor circular seu produto, a informação. Nesta sociedade que já começou se estruturar nos países exauridos pela massificação industrial, as telecomunicações e os computadores são as estratégias para a troca de conhecimento. E como diz a AT&T, o negócio é conhecimento.

OS JORNALISTAS E AS NOVAS TECNOLOGIAS *

José Hamilton Ribeiro

A Editora *SJ*, do Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo, lançou, em 1982, o seu primeiro livro, e a dedicatória dessa obra diz assim: "Aos tipógrafos, aos linotipistas e a todos os gráficos, a nossa homenagem."

A dedicatória tem algo funéreo, e não foi por acaso. O livro trata de um problema técnico-tecnológico-trabalhista, faz projeções e votos, mas tem também emoção, raiva, e até uma vítima, um morto — o tipógrafo.

Na visão dos jornalistas de S. Paulo, a implantação das novas tecnologias de Comunicação, principalmente na área eletrônica da Informática, já fez uma vítima profissional, já *matou* o tipógrafo, e muitos outros matará, até se completar a previsível automação das redações e das "oficinas". Entre os mortos futuros, já se relacionam os revisores, os diagramadores, os "copies", os redatores, os "preparadores" de texto. Serão vitimados pelo "atropelamento" do computador, pela tecnologia e, aqui e ali, pelo cinismo e a cupidéz.

Em seu livro, que resultou de um amplo debate entre jornalistas e especialistas de Informática, o Sindicato lamenta a morte do tipógrafo — relembra que foram tipógrafos, entre outros, Machado de Assis e Anacleto de Medeiros, dois genios da raça — e anuncia outras mortes.

Mas "Que É Isso, Computador?" — esse o título do livro do Sindicato — não se limita a chorar as mortes havidas e as que virão — pode nem ser o caso de chorar. Julga que as descobertas da ciência, e suas aplicações práticas através da Tecnologia, são conquistas humanas e que, para muitas delas, não há volta. O computador está realmente invadindo as redações, as oficinas, os sistemas de processamento de palavras e de impressão. E o Sindicato dos Jornalistas não vai "cair de pau" sobre os computadores, para quebrá-los, como fizeram as alfaiates da Itália quando viram a primeira máquina de costura que podia roubar-lhes o trabalho.

Desde 1981, quando Emir Nogueira assumiu a presidência do Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo, que os profissionais de imprensa procuram acompanhar, a nível de categoria, o impacto das novas tecnologias no mercado de trabalho, seja no sentido horizontal seja na especificidade de novas exigências e funções. Em Outubro de 81 realizou durante uma semana o seminário "O Jornalista Diante do

* Trabalho apresentado no VI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Computador"; em julho de 82, lançou "Que É Isso, Computador", hoje uma referência obrigatória a quem se preocupa com o advento da informática sobre as profissões entre nós (inclusive o impacto sobre os bancários, onde criou uma "nova sub-classe"); e neste momento prepara uma edição especial do jornal "Unidade", órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo, sobre as mudanças que estão acontecendo neste momento nas redações dos jornais e revistas paulistas.

Os jornalistas acreditam que as novas tecnologias de Comunicação chegaram para ficar. E até as saúda, mas procuram se informar e se mobilizar com duas preocupações básicas. Uma diz respeito à dignidade humana, e a um mínimo de grandeza e de caráter que se espera das empresas de comunicação, no sentido de reciclar o seu pessoal e muní-lo dos instrumentos para que se adapte sem desemprego — sem mais desemprego! — à nova realidade. Um jornal de S. Paulo, que se diz "grande" e patriótico, está sugerindo que seu objetivo, ao implantar recursos da Informática, é simplesmente reduzir mão-de-obra na redação, fazendo com que o mesmo profissional faça, com o mesmo salário, quatro funções, enquanto a empresa economiza (e demite) três jornalistas para cada um que fica. Com efeito, esse jornal está ameaçando seu pessoal com a triste perspectiva do mesmo sujeito ser, simultaneamente, repórter, redator (*copy*), e revisor e digitador. E com um salário só.

É uma pequenez da empresa, no sentido ético e humano, e contra isso os jornalistas estão dispostos a lutar, e já começam a se mobilizar. O ideal é que o pessoal da redação (incluindo a revisão) seja reciclado e aproveitado, na própria empresa, em outras funções que a própria Informática está gerando.

A segunda preocupação é no sentido de que essas "funções novas" que a Informática está criando — entre elas o "editor eletrônico" — mantenham o status escolar que os jornalistas, após anos de luta no Brasil, conseguiram para a sua profissão, assim como o fizeram, antes, médicos, advogados, dentistas, psicólogos — o status de profissão de nível universitário.

Todos os reacionários do Brasil incrustados na Indústria da Comunicação pretendem usar o advento da Informática como cabeça de ponte para desfigurar a profissão de jornalista entre nós e para minar a ainda frágil saúde das Escolas de Comunicação, visando matá-las.

Contra isso, igualmente, a categoria pretende lutar, e seu objetivo é que as "novas funções" que o computador está criando em volta da redação tenham também o status de profissão de nível universitário, e sua habilitação se consiga após cursar a faculdade específica.

As empresas dirão o que quiserem; do ponto de vista do trabalhador da imprensa, toda medida no sentido de humilhar a profissão de jornalista, infiltrando burocratas ou despreparados no jornal só para pagar menos, será denunciada.

Esperamos conseguir que o advento das novas tecnologias de comunicação, principalmente a Informática, não seja para a categoria dos jornalistas um cavalo de Tróia.

A EDUCAÇÃO DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS *

Leticia Faria

Considerada a Tecnologia como aquele campo de estudos que trata de operações seqüenciais, cientificamente estabelecidas para obtenção de um resultado ou produto específico, torna-se fácil vislumbrar, pela experiência contemporânea e cotidiana quão extenso é o leque das novas tecnologias.

Resultados e produtos numerosos são buscados e encontrados em todos os campos do conhecimento e da técnica, muitos dos quais podendo integrar-se como espécie do gênero tecnológico de atuação humana sobre o universo.

No entanto, desse amplo quadro, é-nos possível e desejável, para os objetivos deste Ciclo de Estudos, elegermos as "NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO", refletindo sobre suas interrelações com a EDUCAÇÃO.

Processos dinâmicos criativos de ação humana recíproca, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO caminham entrelaçadas, com vistas ao ganho de experiências vivenciais que, por sua vez, devem levar, no pleno uso de suas potencialidades, ao desenvolvimento interativo dos seres nelas envolvidos e daí, em última análise, ao progresso social.

Processos dificilmente dissociados, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO podem ser objeto de uma consideração diferencial. Ao falarmos da primeira, consideramo-la, tradicionalmente, como formativa, informativa, modeladora de técnicas, com acentuado enfoque na missão formativa. Ao nos referirmos à segunda, damos maior relevância à sua missão informativa.

No entanto, em isso fazendo, para fim exclusivo de encurtarmos caminhos para nos situarmos face às novas tecnologias desses dois processos, não os estamos considerando dissociados como realidades

* Trabalho apresentado no VI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

sociais. Se, por um lado, seria quase impossível admitir-se EDUCAÇÃO sem COMUNICAÇÃO, bem mais fácil seria admitir-se a COMUNICAÇÃO não educativa.

Nosso objetivo principal, no entanto, é mostrar como, pelo processo educacional, se inovam e renovam tecnologias do processo educacional. Enfim, como se integram as NOVAS TECNOLOGIAS na comunicação educacional.

Uma primeira pergunta surge: quais as novas tecnologias da comunicação? Em vez de defini-las ou descrevê-las, para o que há farta documentação e antecedentes, mesmo neste evento, vamos procurar caracterizá-las, deixando aberto o leque de suas possibilidades.

Podemos tomar, para uma tal caracterização, cada um dos elementos da COMUNICAÇÃO, verificando a seguir seus aspectos ou formas gerais e estabelecendo as características das respectivas tecnologias, contrastando as tradicionais com as novas sem perder a visão de que uma tal sistematização foi feita para esclarecimento e não para retratar estaticamente a realidade desse complexo e dinâmico processo.

Inovar e renovar são formas de progredir, individual e socialmente. Pela renovação são desenvolvidas novas potencialidades em produtos já existentes, seja pela incorporação de mecanismos diferentes dos que neles existam, originalmente e que passam a neles integrar-se, acrescentando-lhes possibilidades de ações que ainda não lhes eram atribuídas, seja pela transformação de certos elementos básicos em novos contextos, modificando a interação de partes para oferecer também, novas possibilidades funcionais. Tecnologias de módulos, tecnologias de reconstituição, reconstrução e adaptação são exemplos de processos renovadores.

Pela inovação a atividade criativa se manifesta, baseando-se ou não em processos, produtos ou modelos existentes, ampliando o valor humano da descoberta com vistas ao seu aproveitamento imediato. São as tecnologias de ponta.

Na reflexão sobre a interação das novas tecnologias da comunicação e educação e para os fins imediatos a que nos propomos, vamos considerar conjuntamente inovação e renovação.

Inovação e renovação de tecnologias da Comunicação pela Educação

São reconhecidos como objetivos gerais da educação a formação de hábitos e atitudes positivos para a vida, o desenvolvimento sistemático de informações, os valores éticos e sociais, além do constante estímulo para que os seres humanos se interessem, nessas di-

ferentes linhas, por assumir a condução de seu próprio aperfeiçoamento e de sua sadia atuação social.

Apontados aos indivíduos o caminho para a consecução de tais objetivos, seja por um ou vários dos núcleos sociais, família, escola, comunidade, formal ou informalmente, a missão educativa vai se processando e logo seus efeitos se fazem sentir quando, despertada a atividade crítica do ser humano sobre seu ambiente físico e social, pretende modificá-lo, corrigi-lo, ampliar o âmbito dos benefícios à sociedade, diminuindo-lhe as distorções e participando ativamente no que é identificado como a reconstrução social do presente para o futuro. Neste momento, pode-se dizer que o educando de ontem, tendo recebido os efeitos das tecnologias da comunicação, hoje as inova e renova para o contexto social do amanhã.

As novas tecnologias da comunicação de hoje, o fac-símile, o videocassete, a telenovela, o uso da telemática para pesquisa da retro-informação, tudo isto recebe e receberá daqueles sujeitos da educação de agora e do futuro a contribuição crítica e criadora, renovando e inovando as tecnologias da comunicação.

Serão a sabedoria, a rejeição ou o aplauso do sujeito da educação permanente, a crítica construtiva dos filósofos, o conhecimento dos cientistas de diferentes áreas, a produção dos artistas, dos técnicos, dos tecnólogos de diversos campos, todos portadores de diferentes níveis do desenvolvimento educativo, de competências, enfim, que levarão aquelas tecnologias o insumo para o seu progresso.

Inovação e renovação da educação pelas novas Tecnologias da Comunicação

Tecnologias da comunicação atuam no mundo contemporâneo tanto na educação formal como na informal e, no que se refere ao ensino, tanto no escolar quanto no extra-escolar, tanto no regular como no supletivo, em qualquer de seus níveis, pois, um dos requisitos de algumas dessas formas tecnológicas é a sua atuação sobre significativa proporção de indivíduos, numa vasta extensão do país.

Os meios e as formas de educar podem receber pelas novas tecnologias da comunicação modelos e informações básicas para suscitar nas comunidades a motivação para sua réplica ou desenvolvimento. Se um desses processos encontra obstáculo em seu caminho ou se se mostra inadequado às condições locais, as mensagens recebidas podem assumir novas formas ou gerar diferentes modelos, pelos quais o meio social prossiga em sua formação educacional, seja enriquecendo-se de informações, seja desenvolvendo sua capacidade

crítica e criativa, seja adquirindo novos hábitos e atitudes, seja assumindo novos e mais positivos valores.

Tais condições e progresso, no entanto, são uma das faces desse processo interativo, pois é reconhecido que em dependência especialmente do elemento mensagem, esta influência pode ter reflexos indesejáveis no indivíduo e consequentemente na comunidade.

Conclusão

O ponto nuclear da articulação de atividades entre educadores e comunicadores é o exame avaliativo das repercussões de novas tecnologias na comunidade, num objetivo comum que é o progresso coletivo, na linha de conhecimentos científicos e valores humanos.

Concretamente, estabelecerão em estudos e pesquisas por equipes interdisciplinares, os pontos críticos para que o equilíbrio de mensagens, cujo conteúdo envolva a agressividade, a sexualidade e a arte tenham cunho sadio e elevado e não levem ao aviltamento dessas nobres tendências primitivas do ser humano, a primeira de luta contra fatores adversos, a segunda de legítimos prazeres na transmissão da espécie e a última de auto-expressão de valores culturais, todas burladas pelo processo educativo e podendo ser, de mais a mais, dignificadas, pelas novas tecnologias de comunicar e educar.

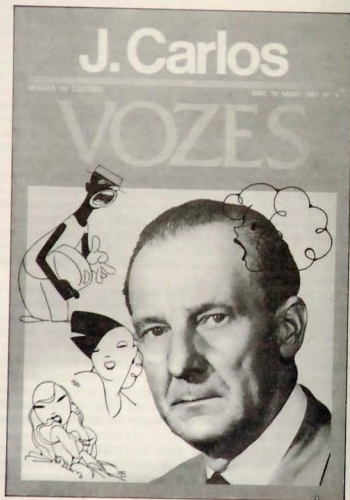
Também objeto do trabalho daquelas equipes é a busca dos fatores que retardam o ritmo de adoção de novas tecnologias na educação, quando comparado com o da sua adoção e progressividade na comunicação. Cremos mesmo que a crescente integração da cultura e desporto à educação venha a constituir um dos elementos que corrigirão tal defasagem. Mas só a pesquisa poderá dar a palavra final a uma tal hipótese.

A falta de uso dos resultados das pesquisas já feitas, mesmo internacionalmente, sobre esses temas vem impedindo a adequação da ação educativa, sobretudo quando escolar, à progressividade desejável de um ambiente social que é pleno de novas tecnologias da comunicação, nos grandes centros urbanos.

Podemos referir, aqui, o caso das emissoras de televisão educativa: reservados os seus canais por todo o país, em circuito aberto, desde 68, mas de que só se beneficiaram até o momento, nove das vinte e sete unidades federadas, em canais VHF. Quanto aos UHF nenhum uso ainda se fez, afora o projeto incipiente da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.

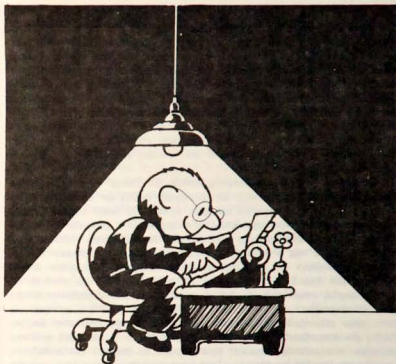
Finalmente, não se diga que novas tecnologias só existiram com o uso de meios eletrônicos, nem se considerem novas tecnologias separadas das tradicionais, no tempo cronológico ou no espaço físico.

Grandes educadores e comunicadores do passado, de que Demóstenes e Anchieta podem ser o símbolo, utilizaram novas tecnologias. Em contraste, alguns profissionais de hoje apresentam preconceito contra esse produtivo campo, pela falta de convívio crítico e criador com o mesmo. Não experimentaram como, pelo domínio das tecnologias, emergem os efeitos multiplicadores da ação educativa individual sobre as comunidades, a nosso ver, única forma realmente potente para minimizar a problemática social que afinge o mundo de nossos dias.



COMUNICAÇÃO

Um novo currículo



As escolas de Comunicação começam a implantar seus novos currículos.

E, com a implantação, surgem os debates sobre os novos caminhos. Neste número, dois artigos sobre o assunto: Antônio Rubim coloca cinco questões preliminares ao processo e Othon Jambeiro fala da formação do jornalista diante da nova realidade.

A IMPLANTAÇÃO DO NOVO CURRÍCULO DE COMUNICAÇÃO

Antônio Albino Cuneles Sabim

Antes de fazer uma rápida avaliação do "novo" currículo de comunicação aprovado pelo CFE (outubro de 1983) e homologada pela Ministra este ano e principalmente colocar algumas questões relativas à sua implantação, penso que é necessário deixar claro o que entendo como partes constitutivas da questão curricular. Um currículo deve ter necessariamente três dimensões: uma dimensão de organização da vida (espaço/tempo) universitária; uma outra que abrange a seleção, a subdivisão e certo ordenamento do conhecimento e uma última dimensão definidora de obrigações. Portanto, estas dimensões estão sempre presentes e devem ser levadas em conta em toda a discussão curricular.

Passando a uma avaliação genérica do "novo" currículo posso percebê-lo globalmente como um currículo velho, no sentido que ele é informado por concepções antigas: apesar do item recomendações contidas nas diretrizes curriculares, o currículo é pensado como listagem de matérias, ementas etc.; apesar da "abertura democrática" e da "abertura" da comissão, o currículo ainda é fortemente centralizador, definindo um currículo mínimo obrigatório bastante amplo — será que depois de tudo ainda dá para acreditar na eficácia da centralização, construída de forma a excluir a participação cotidiana dos interessados? —; finalmente o currículo é velho, porque ele tem uma concepção nitidamente conservadora do mercado de trabalho do comunicador, tanto num sentido social — será que a comunicação comunitária/popular existe para o "novo" currículo? —, quanto no sentido acadêmico e até empresarial: porque não uma habilitação de pesquisador em comunicação?

Deixando o todo, indo às partes: sem dúvidas, é uma vitória a exigência de equipamentos laboratoriais claramente indicados. Mas esta vitória só será completada se assegurarmos uma real fiscalização e obtenção dos equipamentos. Ainda mais: apesar da importância dos laboratórios não devemos reduzir a questão curricular unicamente a este item.

Dentre as coisas novas trazidas pelo currículo tem importância especial a questão (do incentivo a) qualificação do corpo docente.

Pena que entre o relatório da comissão especial do CFE e o texto aprovado haja uma nítida piora de redação deste item, tornando-se por demais indefinido, vago...

Com relação ao(s) tempo(s): bom manter a ampliação do tempo de curso (8 semestres e 2.700 horas/aula). Talvez não tão bom a ênfase de tempo dada às matérias profissionalizantes, afinal ao tempo da parte específica deve-se somar o tempo dos projetos experimentais a serem feitos nos limites da habilitação pretendida pelo aluno. Marcas da presença dos setores profissionais?

Enfim os conteúdos/materiais selecionados. Aqui, em geral, as grandes polémicas dos debates curriculares. No entanto, penso que a questão central neste ponto continua sendo a grande quantidade de conteúdos definidos e obrigatórios. Por exemplo: se nenhuma matéria fosse desdobrada em mais de uma disciplina, com exceção daquelas que formalmente assim o exigem, teríamos 24 disciplinas para o curso de Jornalismo, sem contar com Educação Física e Estudo dos Problemas Brasileiros. Este número de disciplinas é grande como currículo mínimo obrigatório. Se no currículo pleno ficasse definida uma média de 5 disciplinas por semestre (7), teríamos um total de 35 disciplinas + Projetos Experimentais. Assim, de 36 disciplinas nada menos que 24 seriam definidas pelo currículo mínimo, restando 12 disciplinas para serem criadas/escolhidas por cada Escola (isto é, um terço de todo o currículo).

No geral não existem grandes problemas no conteúdo selecionado. Volto a insistir, a questão básica é a da centralização/liberdade. Mas penso que existem alguns problemas, ainda que não queira me deter aqui: porque uma matéria como "Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação" só está entre as eletivas? Acredito não ser preciso demonstrar a importância de base que tal conteúdo tem para a solução da crise de identidade da área de conhecimento comunicação, bem como para o seu desenvolvimento enquanto campo específico de saber. Por que privilegiar "Comunicação Comparada", aliás confusamente definida na sua ementa? Por que tal obrigatoriedade de Língua Portuguesa em todo o curso e, em especial, no tronco comum? Por que a cisão tornada obrigatória entre a sociologia da comunicação e teoria da comunicação? Será que uma boa parte da chamada teoria da comunicação não se mistura com a sociologia da comunicação? É bom parar por aqui, inclusive para não cair na tradicional "briga por rótulos" que tão bem caracteriza as discussões curriculares.

Esta avaliação deveria ser mais rigorosa e aprofundada, no entanto, sendo "realista" o currículo está aí colocado para ser implantado com pontos positivos e negativos. Daí que a discussão mais im-

portante politicamente agora ser como implantar o "novo" currículo. Parece-me que quase tão importante quanto o currículo é seu processo de implantação. Este processo pode em boa parte subverter e superar algumas das limitações/concepções incrustadas explicita ou implicitamente no "novo" currículo.

1 — Acredito que o "novo" currículo implicitamente trabalha com a concepção que as matérias/disciplinas tem como seu espaço próprio a sala de aula, com exceção talvez dos "Projetos Experimentais". É preciso superar esta concepção que reduz a universidade à sala de aula. Porque não trabalhar o aprendizado de pesquisa e de jornalismo, por exemplo, em espaços diversos da chamada sala de aula tradicional? Porque alguns dos conteúdos listados na parte específica de jornalismo não podem ser passados numa espécie de redação de jornal na Escola? Acredito que existam espaços apropriados ao ensino de determinados conteúdos.

2 — Por diversos motivos é necessário superar um desdobramento exagerado de materiais em disciplinas, como acontece hoje na maioria das Escolas. Um desdobramento menor certamente permitirá uma percepção não tão fragmentada do aluno; uma maior carga horária das disciplinas e conseqüente aumento do contato professor-aluno e abre possibilidades no sentido de um trabalho coletivo de professores numa mesma disciplina. Como decorrência deste não desdobramento exagerado poder-se-ia ter uma média de, por exemplo, 5 disciplinas por semestre (no total de 7, não computado o último dedicado aos "Projetos Experimentais"). Assim teria o curso um total de 36 disciplinas, não incluídos aí "Educação Física" e "Estudo dos Problemas Brasileiros".

3 — No processo de implantação de "novo" currículo podem ser planejadas formas de articulação de disciplinas não só no sentido de pré-requisitos, mas também co-requisitos. Deste modo, mesmo matérias diferentes e obrigatórias poderiam aparecer articuladas. Por exemplo: diversos conteúdos indicado entre aqueles da habilitação jornalismo poderiam ser dados de modo articulado num semestre de tal maneira que estes conteúdos fossem passados através de uma forma que simulasse uma redação de jornal na Escola.

4 — O espaço/tempo do curso optativo — isto é, não obrigatório — deve ser ampliado. Aqui penso não só nas disciplinas optativas para os alunos, mas também em disciplinas optativas que tenham conteúdos renováveis a cada semestre, por exemplo. Estas disciplinas, também "optativas" para professores portanto, podem ter conteúdos monográficos, com base em pesquisas/trabalhos que estejam sendo ou que tenham sido recentemente concluídos. Sem dúvidas, em termos lógicos, isto deveria melhorar o nível dos cursos. Por outro lado, o

espaço de escolha dos alunos pode servir para aumentar a responsabilidade dos estudantes na construção de seu curso e de sua formação.

5 — Deve-se permitir um melhor conhecimento da(s) realidade(s) regional(is) através de disciplinas que tenham este objetivo.

A FORMAÇÃO DO JORNALISTA DIANTE DO NOVO CURRÍCULO

Orthon Jambeiro

Em 1984, estamos tendo amplas discussões em todo o país sobre a formação do comunicador, devido à instituição do novo currículo mínimo dos Cursos de Comunicação. O momento é, pois, adequado para por em debate certos pressupostos acerca da formação do Jornalista.

O primeiro deles refere-se ao seu espaço profissional. De início, deve-se entender que a sociedade tem a obrigação de formar adequadamente as pessoas a quem confia a tarefa de serem elementos de sua consciência crítica. Da mesma maneira que está obrigada a bem instruir quem cuida de sua saúde e de sua educação, por exemplo. Por isso, a sociedade só permite que exerça a Medicina, a Engenharia, a Geologia, o Jornalismo, quem foi para isso habilitado.

É esse o principal sentido da defesa do espaço profissional e da fiscalização do seu exercício e não a redução que alguns pretendem, ao rotular este encargo social atribuído aos Sindicatos e Conselhos Profissionais, de defesa de interesses corporativos. Pelo contrário, quando uma dessas entidades fiscaliza o exercício da profissão está atuando em nome e em defesa da sociedade.

No caso do Jornalismo, a existência de uma Lei regulamentando o exercício profissional, é muito mais uma conquista da sociedade como um todo do que uma vitória da classe jornalística. Antes da regulamentação era o proprietário do jornal ou seus chefes subordinados que determinavam quem seria ou não jornalista, subvindo um amigo ou um parente, ou seus filhos, sempre que houvesse uma vaga na redação; após a Lei, habilita-se ao Jornalismo quem o quiser.

E embora a possibilidade de emprego permaneça vinculada aos diretores dos jornais, eles agora têm de selecionar os repórteres ou redatores entre profissionais que passaram pela Universidade e bem ou mal tiveram oportunidade de formar uma visão do mundo muito provavelmente diferenciada dos padrões conservadores da sociedade — e, portanto, pelo menos modernizadora — e uma formação técnica e teórica pelo menos pretensamente orientada por uma postura crítica diante do estabelecido como norma no exercício profissional. Esta

a intenção da Lei, expressão normativa da posição política dos profissionais, que através dos seus órgãos de classe, influíram decisivamente na sua elaboração.

Tal compreensão do problema leva-nos a formular de pronto a questão essencial, que se refere ao dever da sociedade, contraposto ao exigido nos dispositivos da Lei. Afirmese pois, que se a sociedade exige, com absoluta razão, jornalistas profissionais capazes de atender suas necessidades, tem, conseqüentemente, a obrigação de criar as condições para que sejam adequadamente formados no sistema educacional e permanentemente atualizados e aperfeiçoados no sistema empresarial ou governamental em que atuem.

Esta é uma das principais questões — talvez a fundamental — da habilitação do jornalista, hoje. Primeiro, porque o sistema educacional não o forma bem; segundo, porque as empresas jornalísticas e os órgãos públicos onde trabalham não assumem a responsabilidade pelo seu posterior treinamento e aperfeiçoamento. Querem que a Universidade lhes entregue o “produto” pronto e acabado, função que ela não tem nem poderia ter — tudo se move e se modifica e nem um estudante profissional estaria, em tese, sempre atualizado e aperfeiçoado.

No que se refere à formação como se dá, hoje, pouco é necessário dizer para confirmar o que todos já sabem: por força da inexistência de uma real Universidade — comprometida com os interesses brasileiros, que expresse, preserve e enriqueça a cultura, a ciência e a tecnologia da sociedade brasileira — a formação, tanto básica quanto específica, requerida para o exercício da profissão de jornalista, tem sido apenas parcialmente possível de adquirir-se nos atuais cursos de Comunicação.

Mas o fenômeno não se situa no restrito campo de ensino de Jornalismo. Ele deve ser remetido para o sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira como um todo. Que se consulte os órgãos de classe, os professores, os alunos ou apenas se olhe em volta. É bom o ensino de Engenharia, do Direito, da Medicina, da Sociologia, da Agronomia? Não é à toa que professores, alunos e funcionários do ensino primário, médio e superior têm estado em permanente ebulição, lutando desesperadamente para serem ouvidos em suas denúncias.

Quanto às empresas, alegam sempre crise econômica para livrarem-se das suas obrigações; elegem sempre a redação como o setor da empresa em que deve ocorrer a redução mais imediata dos gastos; cultivam um Jornalismo superficial e inosso, muito atrelado a interesses comerciais e políticos dos seus proprietários e que serve à manutenção da situação de extrema desigualdade social; procuram a todo

instante burlar a regulamentação da profissão, a fim de melhor controlar a “cultura” de suas redações — desejadas de alta produtividade informativa, conformadas aos padrões “da casa” e, portanto, preservadas tanto quanto possível da interpretação, da análise e da opinião.

Na verdade, destronou-se a essência da empresa jornalística — a Redação — impondo-se em seu lugar o Departamento Comercial. Aquilo que era fim passou a ser meio e vice-versa. Se antes a Redação, a linha editorial do jornal, seus princípios, sua ética, suas posições político-ideológicas condicionavam a publicação dos anúncios, hoje, ao contrário, são os “negócios” da empresa que balizam as posições, as análises, interpretações e mesmo apenas informações publicadas pelos jornais. E como isso perde o Jornalismo: não estaria aí uma das razões do baixíssimo índice de leitura dos nossos jornais?

A solução, onde estaria? Não existe a receita consensual para o que fazer. Mas certamente há indicações já muito claras e amplamente aceitas do como fazer para chegar à maneira correta de habilitar o jornalista.

Em primeiro lugar, é imprescindível o estreitamento dos vínculos da Escola de Comunicação com as entidades de classe da área de Comunicação: a mútua realimentação assegurará, no espaço comum, a postura crítica de ambos com relação a cada um e à sociedade; o trabalho unitário fortalecerá a preservação da comunidade contra os aventureiros e fracassados de outras áreas ou de área nenhuma e enriquecerá o balizamento da formação profissional.

Em segundo lugar, que travemos uma luta sem tréguas — os comunicadores e todos os interessados numa Imprensa livre, democrática, vinculada às aspirações da maioria da população — pela valorização profissional: somente uma categoria reconhecida socialmente na sua importância pode mobilizar os demais setores da sociedade na luta pelos seus interesses maiores; só a pressão social organizada mudará a Universidade e o caráter predominantemente comercial da empresa jornalística.

Em terceiro lugar, torna-se necessária, através de um trabalho conjunto escola/entidades de classe, uma definição clara e perfeita do mercado de trabalho, de tal forma que se conheça pormenorizadamente os espaços profissionais em que os diplomados podem atuar. Do ponto de vista acadêmico tal conhecimento é básico para que se defina com segurança o caráter que devem assumir os cursos de Comunicação.

Por fim, que se inicie um amplo, franco e intenso, debate sobre o papel das empresas de Comunicação nesta formação, a fim de que se possa fixar com exatidão o relacionamento escola/empresa/sindicato, sempre visando — é claro — o melhor cumprimento das funções sociais atribuídas à Imprensa e seus profissionais.

AUTOMAÇÃO

Repensando a história



“O aparecimento de objetos não humanamente intencionados exige que repensemos o conceito de cultura”. A partir dessa premissa, Vilém Flusser discute, neste artigo, a questão cultural a partir do surgimento da sociedade automatizada. E aponta uma situação cultural “pós-histórica”, chamando por uma nova atitude crítica diante dela.

CULTURA

PÓS-HISTÓRIA E CULTURA *

Vilém Flusser

Uma das formas pelas quais posso aproximar-me do conceito “cultura” é concebendo-a como conjunto dos objetos informados por homens. O que equivale a dizer que, para que determinado objeto possa ser reconhecido enquanto cultural, devo poder descobrir nele a intencionalidade de quem o informou. E, com efeito, é isto que distingue as ciências da cultura das demais: pesquisam elas a intencionalidade humana que se esconde por detrás dos objetos. Pois atualmente começam a aparecer objetos na nossa circunstância que, embora informados artificialmente, (e falarei em arte, artifício e artesanha daqui a pouco), não permitem que se descubra, por detrás deles, intencionalidade humana. Objetos informados automaticamente por aparelhos. Tal aparecimento de objetos não humanamente intencionados exige que repensemos “cultura”.

Há os que estão interessados em preservar o approach precedente ao problema “cultura”. Por razões facilmente compreensíveis. Se não mais procuro descobrir, por detrás dos fenômenos culturais, intenções humanas, se o propósito da crítica cultural não mais é decifrar nela motivos humanos, então o pensamento histórico, político, não mais tem campo. Pois tais pessoas interessadas em manter o pensamento político, a despeito do aparecimento de objetos automaticamente produzidos, afirmarão que a intenção humana continua sendo a origem de tais objetos, embora recuada. Os aparelhos produtores de objetos são, de acordo com tal opinião, produtos de intenções dos seus programadores. Está aparecendo, em tal nova problemática, um curioso divisor de águas: de um lado há os que insistem em afirmar que os aparelhos automáticos, todos esses robôs, inteligências artificiais e máquinas programadoras, não passam de instrumentos sofisticados que servem, como todos os instrumentos, a intenção humana, em última análise a intenção dos seus “donos”. E há, do outro lado, os que insistem em afirmar que o próprio princípio da automação vai eliminando intenções humanas do campo da

* Trabalho apresentado no VI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

cultura, concebida enquanto conjunto de objetos informados, e que, em consequência, o pensamento político, histórico, não mais se afirma operativo. Vale pois considerarmos o problema da automação um pouco mais de perto.

Não resta dúvida: os autômatos são resultado de determinada intenção humana. Mas, a questão é precisamente esta: que intenção é este? obviamente a de tirar o corpo (e também certas funções mecanizáveis da mente), do processo produtor de cultura. Autômatos são instrumentos que foram produzidos com a intenção de se tornarem autônomos de toda futura intervenção humana, inclusive de toda futura intenção humana. De forma que, na medida em que os autômatos se autonomizam efetivamente da intenção humana, tal intenção produtora de autômatos está se realizando. Em outros termos: a intenção humana que pode ser descoberta por detrás dos objetos automaticamente produzidos visa precisamente eliminar toda futura intenção humana do processo produtor de cultura. Força é constatar que os críticos da cultura que tenham descoberto motivos humanos "escondidos", sejam tais críticos aparentados com a "escola de Frankfurt", ou sejam eles da "nova esquerda", estão obrigados a se agarrarem ao fato que, provisoriamente, os autômatos funcionam mal, e ainda não se emanciparam de tudo do controle humano. A crítica historicista, "humanística", da cultura está lutando batalha de retaguarda, e sua esperança é que a intenção produtora da automação não funcione. Esperança perdida.

Se, no entanto, admitirmos que a tendência atual aponta situação cultural "pós-histórica", isto é: situação composta de objetos produzidos por autômatos altamente autônomos, outra deverá ser a atitude da crítica da cultura. Não interessará mais tanto a crítica dos fenômenos culturais propriamente ditos, e o interesse se concentrará sobre os programas dos quais os fenômenos culturais são resultados. Nos fenômenos culturais propriamente ditos nada poderá ser descoberto a não ser a automaticidade sub-humanamente estúpida do gesto produtor de cultura. Os fenômenos culturais não mais atestarão o gesto criador humano, (a liberdade), mas o gesto mecânico, e inerte dos aparelhos. O gesto criador humano, o gesto informativo, deverá doravante ser procurado ao nível da programação, da análise, síntese e processamento de dados. Ao nível do jogo com símbolos, criador de informação a ser automaticamente impressa sobre objetos.

Pois quando o interesse crítico se desvia do fenômeno para o símbolo, do evento para o projeto, da história propriamente dita para a "teoria", novas categorias críticas devem ser elaboradas, e as antigas devem ser reformuladas. Darei um único exemplo para ilustrar tal desvio do interesse, o da guerra atômica que nos ameaça.

Durante a última guerra foi elaborado e construído nos Estados Unidos complexo aparelho que deveria, segundo a intenção dos seus programadores, destruir o potencial bélico da Alemanha nazista com bombas atômicas. Os eventos históricos frustraram tal intenção, mas o aparelho foi utilizado para a destruição da potência japonesa. A decisão para utilizar o aparelho com tal finalidade era tomada por determinadas pessoas, em última análise talvez pelo presidente Truman. O que mostra que o aparelho estava sob controle humano. Estamos em plena história: a análise da explosão em Hiroshima deverá revelar os motivos dos seus autores. Nos quatro decênios subsequentes o aparelho se aperfeiçoou tecnicamente, tornou-se mais poderoso, mas sobretudo mais automático e autônomo de intervenções humanas. E surgiram alhures aparelhos semelhantes, ligados intimamente entre si por dispositivos automáticos de mútua ameaça e alerta. É pouco interessante perguntar-se a que motivos humanos servem tais aparelhos. Provavelmente ninguém os deseja, e todos estariam felizes se tais aparelhos desaparecessem como que por encanto. Com efeito: embora tais aparelhos tenham absorvido parte apreciável dos recursos da humanidade, jamais têm sido utilizados, já que são perfeitamente inúteis. No entanto, é pouco provável que sejam desmontados. Obedecem cegamente a determinada inércia que os propela para crescerem, se multiplicarem, e se tornarem sempre mais autônomos de toda decisão humana. Existe, por certo, botão vermelho na mesa do presidente americano, o qual, quando apertado pelo presidente, desencadeará processo aniquilador de parte apreciável da humanidade. Mas tal apertar do botão não será gesto decisivo, livre. Será função automática do próprio aparelho, resultado de determinadas constelações no funcionamento do aparelho, (por exemplo: imagens televisadas de foguetes soviéticos sobre o Alasca), e o presidente, longe de ser ator histórico, será funcionário do aparelho. Em tal situação pós-histórica, a crítica da guerra atômica nada revelará a não ser o funcionamento do aparelho. O que deve ser criticado é o programa do aparelho.

Uma vez concentrado o interesse crítico sobre o programa, fácil é constatar em que reside, sociologicamente, a revolução cultural pela qual estamos passando. Reside precisamente na emergência da atividade programadora enquanto atividade dominante. Não mais o setor industrial, mas o setor terciário e quaternário, (outrora chamado "serviços"), ocupa a maioria da sociedade nos países desenvolvidos, e o desemprego atual pode ser visto, em parte, como transição penosa da população ativa a partir da indústria para o processamento de dados. Simultaneamente fica óbvio que a decisão, e com ela o poder, está se retirando do processo produtivo de objetos para o

processo produtivo de informação: não mais o dono das matérias, da energia, e das máquinas detêm o poder decisório, mas é o dono, o manipulador e o processador de dados. O Japão, destituído de matéria e energia mas dono de informação, é exemplo de tal novo imperialismo. A consideração do programa enquanto fenômeno sociológico ilumina destarte um lado da mutação provocada pela automação do trabalho.

Mas mais radical será a consideração do gesto programador, esse gesto que vai se substituindo ao gesto do trabalho como sendo o gesto caracteristicamente humano. Trata-se, na programação, de manipulação de símbolos claros e distintos, com o propósito de combiná-los em padrões pouco prováveis. Informação pode ser definida como configuração pouco provável de dados. De modo que o gesto programador pode ser definido como gesto de cálculo de improbabilidade. Fenomenologicamente tal gesto pode ser observado pelo movimento dos dedos sobre o teclado de computador ou de aparelho informático comparável.

Tal consideração revelará a essência do programa. É esse jogo combinatório com símbolos claros e distintos. Simulação do processo do pensamento humano segundo modelo cartesiano. O que, no entanto, caracteriza o jogo programador é o fato que as combinações dos elementos constantes do seu repertório são resultados do acaso. Darei dois exemplos de programa: (1) O jogo de dados: O jogo consiste de seis elementos que estão previstos em cada dado, e a programação consiste em lançar dados. Com cada lance surge, acidentalmente, determinada combinação dos elementos no repertório, combinação esta imprevisível, pouco provável. Mas a longo prazo, "estatisticamente", torna-se "necessário" no sentido de: altamente provável, que todas as combinações possíveis se realizem. Por exemplo: se jogo com três dados por tempo suficientemente longo, torna-se necessário que a combinação "seis-seis-seis" se repita regularmente, embora seja pouco provável. (2) O jogo da informação genética: O jogo consiste de um número determinado de elementos, (genes), que estão previstas nos ácidos nucléicos, e a programação consiste em combinações de tais elementos. Tais combinações surgem acidentalmente por erros do processo do copiar a informação de cromossoma para cromossoma (os "dados" do jogo). Jogando tal jogo por tempo suficientemente longo e um número de "dados" suficientemente grande, informações tão pouco prováveis como o são o cérebro humano ou a organização do formigueiro surgirão necessariamente, embora surjam por acidente. A essência do programa é pois acaso virando necessidade.

Pois a revelação da essência do programa ilumina o curioso terror que domina a cena: o terror que os aparelhos automáticos e autó-

nomos de intervenções humanas resultem acidentalmente em determinada combinação catastrófica das virtualidades contidas nos seus programas. Por exemplo: que se produza a guerra atômica, não por ter sido desejada por homens, mas por estar inscrita no programa de aparelhos como virtualidade. E quanto mais tempo durar o jogo dos aparelhos atômicos, tanto mais provável vai se tornando a guerra. De modo que a atividade programadora humana passa a ser, sempre mais nitidamente, atividade que visa retornar as rédeas dos autómatos, impôr sobre eles decisão humana. Dizendo isto politicamente: não se trata mais, como o era o caso durante a época histórica propriamente dita, de engajar-se na relação intrahumana, ("homo homini lupus"), mas de engajar-se contra os aparelhos, ("apparatus homini lupus"). Tal luta do programador contra o aparelho é dialéctica, já que toda nova informação criada pelo programador é automaticamente recuperada pelo programa do aparelho. É a luta entre inteligência humana e inteligência artificial, e seu resultado é, como convém a um "jeu du hasard", imprevisível.

O que permite projetar a seguinte visão futurológica da cultura: Os objetos do futuro serão produzidos automaticamente, e a humanidade será finalmente emancipada da praga do trabalho. As informações impressas sobre tais objetos serão contidas nos autómatos em forma de programas, elaborados por homens com a ajuda de aparelhos programadores. Atividade cultural será o jogo programador com símbolos, o jogo produtor de informações, de situações pouco prováveis. Pois tal jogo combinatório com símbolos que visa informação nova é bem conhecido nosso: chama-se "arte". O homem do futuro será artista, todos os homens futuros serão artistas. Sociedade de artistas. Isto é: sociedade que viverá em universo artificial, cheio de artimanhas, do qual a TV e o cinema são desde já exemplos. A cultura não mais será "objetiva", (composta de objetos), mas "simbólica", (codificada, por exemplo em imagens). O homem-artista, tal "homo ludens" que jogará contra o acaso programado nos autómatos, será sempre e sempre recuperado pelos programas dos aparelhos, mas procurará sempre e sempre "transcendê-los" criativamente. Pós-história será isto: o eterno retorno do esforço do homem para superar os engenhos que ele próprio provocou, mas os quais ameaçam a engoli-lo sob forma de um totalitarismo programado.

SEIS PROJETOS EM DISCUSSÃO NO CONGRESSO*

João Clodomiro do Carmo

O ministro Danilo Venturini, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, anunciou, em Brasília, o texto final do projeto de lei que o Executivo enviou ao Congresso Nacional, para regulamentar a Política Nacional de Informática. O governo vai tentar uma saída difícil: contentar duas facções em luta pelo potencial mercado brasileiro de computadores. Uma delas, representada por empresários brasileiros apoiados por militares nacionalistas, alguns parlamentares e entidades da sociedade civil querem a manutenção do mecanismo da reserva de mercado para microcomputadores. Do outro lado, as multinacionais, exigindo a abertura total do mercado à livre concorrência. Como aliados dentro do Brasil, as multís têm um grande número de empresários, os ministros da área econômica do Governo e todo o núcleo político reunido em torno do deputado Paulo Maluf. Seu principal articulador e porta-voz é o senador Roberto Campos.

Roberto Campos não desejava que o projeto do Executivo fosse enviado tão rapidamente ao Congresso Nacional. Ele teme que todo o clima de mobilização popular pelas eleições diretas, somado ao desgaste da candidatura Maluf à presidência da República crie uma situação desfavorável a qualquer projeto ligado ao deputado paulista. Nisso foi derrotado. Nenhuma decisão na área de Informática será transferida para o governo que tomar posse em março de 85. Mas, se vai desagradar aos críticos da reserva de mercado, o Governo Figueiredo desagradará também às forças nacionalistas. O mecanismo da reserva de mercado foi varrido do texto do projeto, substituído por uma expressão vaga de "proteção à indústria e à tecnologia nacional". Uma proposta do empresariado brasileiro de informática está incluída: a criação de um Conselho Superior de Informática, como órgão normativo da política para o setor. Mas os militares não abrem mão da sua Secretaria Especial de Informática, que permaneceria como órgão executivo, sob a tutela do Conselho de Segurança Nacional.

Por fim, uma reivindicação antiga do empresariado: a criação de incentivos à pesquisa tecnológica específica para informática e mi-

* O autor publicou este trabalho na Folha de São Paulo.

croeletrônica. O texto do executivo fala nesses incentivos mas não especifica quanto nem quando eles começariam a fomentar o desenvolvimento de produtos e serviços brasileiros.

Futuro tecnológico

Além do projeto do Governo, o Congresso Nacional vai analisar mais cinco propostas. Três projetos, oriundos de parlamentares do PMDB, PT e PDS querem as multinacionais fora do mercado brasileiro de microcomputadores. Dois textos, do grupo político de Maluf, radicalizam: a Secretaria Especial de Informática é taxada de inconstitucional e a reserva de mercado tida como pernicioso ao desenvolvimento tecnológico brasileiro, no mesmo nível que os países capitalistas centrais. É no bojo desse difuso espectro ideológico, bem representativo da sociedade brasileira do final do Século 20, que o Congresso Nacional tomará sua decisão histórica. Muito mais do que as diretas-já, que negociam o futuro a curto prazo, a decisão sobre a Política Nacional de Informática vai influenciar todo o desenvolvimento econômico e político do Brasil durante várias décadas. Muitos parlamentares e lideranças da sociedade civil ainda não compreenderam este fato.

Mesmo assim, há um começo de mobilização. Sob a liderança de cientistas, intelectuais, engenheiros e profissionais de computação, foi criado o movimento "Brasil Informática". Pelo menos um partido, o PMDB, já tem sua Comissão de Informática, com algumas posições definidas. No PT, uma tímida discussão começa a se esboçar em São Paulo, mas ainda insuficiente para marcar a postura do partido em relação às questões que envolvem seu eleitorado potencial: o desemprego tecnológico e as mudanças na cultura. Na questão da Informática, o núcleo político do Governo militar, embora dividido, é quem tem tomado todas as iniciativas até agora. E é, por isso mesmo, que vai enfrentar o debate no Congresso Nacional em melhores condições. A menos que uma adesão maciça ao movimento "Brasil Informática" obtenha uma unanimidade nacional, como obteve a campanha pelas diretas-já.

A deputada Cristina Tavares, do PMDB de Pernambuco, foi a primeira parlamentar a apresentar um projeto de lei regulamentando a Política Nacional de Informática. O seu texto recebeu o número 1.384 e já está sendo analisado há cerca de um ano nas diversas comissões da Câmara dos Deputados. Cristina Tavares é enfática na sua posição. Seu projeto reza, logo no artigo inicial: "A fabricação no País e a importação de equipamentos de processamento eletrônico de dados, inclusive seus periféricos e equipamentos que a eles possam ser conectados

tados, bem como a importação de seus componentes, ficam sujeitas a prévia autorização de órgão competente do Poder Executivo." No segundo artigo, o mecanismo da reserva total: "A fabricação e a comercialização no País, dos equipamentos referidos no artigo 1.º será feita, exclusivamente, por empresas nacionais."

Como justificativa para seu projeto, a deputada cita a importância crescente que a Informática tem em todos os setores da atividade humana. "Alguns autores já falam da Revolução Informática como algo semelhante à Revolução Industrial do século passado. O domínio da tecnologia do processamento eletrônico de dados e da informática passa a ser hoje essencial a qualquer nação que almeje um desenvolvimento tecnológico significativo e independente."

Além da reserva total, o projeto de Cristina Tavares não inova muito. Mantém a SEI como organismo executor da Política Nacional de Informática e mantém também sua vinculação com o Conselho de Segurança Nacional, propondo apenas uma Comissão de Informática formada principalmente por ministros de Estado, como órgão de consultoria na elaboração de um Plano Nacional de Informática.

Direito à privacidade

O deputado José Eudes, do PT do Rio, segue na mesma linha da deputada Cristina Tavares, exigindo a reserva de mercado, mas insiste que as lideranças da sociedade tenham também assento em um Conselho Nacional de Informática. Os trabalhadores seriam representados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. José Eudes traz ainda duas teses inovadoras e polêmicas: quaisquer informações pessoais, armazenadas em bancos de dados privados ou oficiais, podem ser livremente consultadas pelo cidadão envolvido, podendo inclusive o interessado retificar a informação, se achar que ela está incorreta. Maior controvérsia ainda vai causar a proposta do PT, de que em qualquer processo de automação em unidades industriais e de serviços seja avaliado por uma comissão paritária de trabalhadores e empresários. A ideia central dessa tese é, naturalmente, prevenir o desemprego em massa causado por inovações tecnológicas. Eudes retira ainda a SEI da tutela militar, subordinando-a ao Conselho Nacional de Informática.

Carlos Chiarelli, senador pelo PDS do Rio Grande do Sul, se aproxima muito do projeto do PT, quando propõe o fim da tutela militar para a Política Nacional de Informática, aceitando as entidades representativas da sociedade como capacitadas para regular e executar os projetos para o setor. Chiarelli mantém a reserva de mercado nos moldes atuais, propõe incentivos durante dez anos para empresas bra-

sileiras e inclui uma notável proposta: os bancos de dados, oficiais ou privados, ficam proibidos de coletar, armazenar e distribuir informações referentes a convicção política ou religiosa de qualquer cidadão.

Os três projetos mencionados têm uma linha de raciocínio comum: a informática trará mudanças significativas na cultura e no desenvolvimento capitalista do Ocidente. Os brasileiros devem se preocupar com sua capacitação tecnológica e ocupar seu lugar no mundo, a partir de projetos próprios, integrados ou não aos países capitalistas centrais.

Numa linha de raciocínio completamente diversa estão os projetos do senador Roberto Campos (PDS de Mato Grosso do Sul) e do deputado Antonio Sales Leite (PDS de São Paulo). Para esses parlamentares, a questão é meramente econômica: o Brasil e os brasileiros devem se ajustar ao avanço tecnológico mundial, integrar-se às regras do mercado capitalista internacional e não tentar "reinventar a roda", como gosta de ironizar o senador. O projeto do deputado Sales Leite é curto e grosso: extingue a Secretaria Especial de Informática e abre o mercado brasileiro de computadores à concorrência livre de qualquer empresa, nacional ou multi.

Roberto Campos acusa os militares nacionalistas de terem se aproximado da extrema esquerda na questão da Informática. E diz que o debate se tornou "emocional e ideológico". Nisso o senador tem razão. Poucas vezes na história do Brasil uma questão econômica ganhou tantos contornos ideológicos e políticos, com desdobramentos imprevisíveis e trazendo no seu interior um questionamento prático fundamental: o Brasil deve traçar seu próprio destino ou terá de mantê-lo indefinidamente ligado aos centros internacionais de poder? Manter as multinacionais fora do mercado brasileiro de informática pode significar um duro golpe ao capitalismo, que tem seu desenvolvimento vinculado à disputa dos mercados periféricos. (JCC)

Anamaria Fadul

"Nós, o cinema e Manaus"

Em uma visão assumidamente sentimental, Narciso Júlio Freire Lebo, sócio da INTERCOM e professor da Universidade Federal do Amazonas e Selda Vale da Costa, pesquisadora de cinema, lançaram no início do ano, em edição patrocinada pelos autores e pela comunidade de Manaus, o livro *Hoje tem Guarany*. Uma das primeiras tentativas de examinar o cinema do Amazonas, seus autores enfrentaram uma série de dificuldades na área da documentação e do próprio material fílmico existente. Apesar desse fato, segundo eles, "o importante... era lançar este trabalho a tempo de servir como instrumento/subsídio na continuação do movimento pela preservação do Guarany. Ao realizá-lo, porém, fomos redescobrimo Manaus, clareando idéias e detectando pistas para novos trabalhos". A pesquisa de Selda está se orientando para dois temas: Silvino Santos, sua vida e obra e a História do Cinema Mudo em Manaus e Narciso prepara-se, em sua Tese de Mestrado, para desvendar os mitos do discurso "Brasil Grande", projetados nos filmes sobre a Amazônia nos anos 70.

Mattos analisa televisão brasileira

"Publicidade e governo na televisão brasileira" é o tema do Prof. Sérgio Mattos, da Universidade Federal da Bahia e sócio da INTERCOM, publicado no n.º 9 da *Revista CHASQUI*, de janeiro-março, editada por CIESPAL. O autor apresenta uma síntese histórica da TV brasileira e mostra como a publicidade e o governo influíram de diversas formas no seu desenvolvimento.

O direito à comunicação, o debate de Lima

A Assembléia Geral da União Católica Latinoamericana de Prensa — UCLAP — realizada em Lima, Peru, de 30 de Abril a 4 de Maio último, contou com a presença de nosso Diretor Científico, Prof. Dr. José Marques de Melo que apresentou um trabalho sobre "Estado, Sociedade Civil e Comunicação na América Latina". O tema geral desse evento foi "Comunicação, um direito de todos". Participaram também os sócios Ismar de Oliveira Soares, Presidente da União

Cristá Brasileira de Comunicação, Regina Festa e Ir. Joana Puntel que, além disso, representou a INTERCOM no Seminário sobre "Educação e Comunicação Popular na América Latina", realizado em Lima na semana seguinte, pelo IPAL.

Repercussões do VI Ciclo

Os trabalhos apresentados nesse ciclo foram o objeto de uma matéria feita por Mike McCullough — um dos seus participantes — para *News & Notes*, de Março-Abril deste ano, publicado pela Union for Democratic Communications — UDC, uma associação que reúne importantes pesquisadores da área acadêmica e profissional dos EUA, com sede em Long Beach, Califórnia.

OCIC-BRASIL reúne-se em S. Paulo

Foi criada em 19 de maio passado em S. Paulo, a Organização Católica Internacional de Cinema, seção brasileira. Da Assembléia Geral, realizada no Seminário do Verbo Divino, participaram vários sócios da INTERCOM, entre os quais citaríamos Anamaria Fadul, Atílio Hartman, Ismar Soares de Oliveira, José Marques de Melo, Marialva Monteiro (R.J.) e Regina Festa. A Assembléia teve por objetivo, além da fundação da OCIC-BRASIL, a discussão dos Estatutos, a proposta de nomes para a Diretoria e os Projetos da entidade. O Pe. Conrado Berning foi eleito seu primeiro Presidente.

Em busca de novos caminhos com o vídeo

A Profa. Mariasinha Fusari, da Faculdade de Educação da USP e sócia da INTERCOM, em carta à nossa entidade relata suas experiências com os alunos "dentro do projeto de formação de professores se expressando e se comunicando com vídeo", que realiza na área de técnicas audio-visuais. Tendo em vista a quase ausência dessas experiências na Universidade Brasileira e especialmente na área de educação, tradicionalmente voltadas para as formas mais tradicionais de comunicação, transcrevemos alguns trechos de sua carta: "já temos no Ar da FEUSP: a TV Caos, — alunas do 4.º ano de pedagogia diurno —, a TV Perdidas na Noite — alunas do 4.º ano de pedagogia noturno e TV Amanhecer — professores dos cursos de Licenciatura e de Pedagogia da FEUSP. Por enquanto eu estou dando as primeiras informações sobre TV (como expressão e comunicação) a esses três grupos... Está um trabalho interessante e aberto. TV Caos tem feito programas infantis. A próxima 6.ª feira tentará um programa tele-informações. A TV Perdidas na noite tem tentado um programa a respeito dos gostos e desgostos do próprio

curso de Pedagogia. A TV Amanhecer tem tentado diferentes registros televisuais de uma aula (a primeira foi de física)... Estamos todos no mesmo barco, aprendendo juntos. Gostaremos muito da ajuda, da crítica e do socorro das pessoas da INTERCOM nesse trabalho. Para o segundo semestre já estou incentivando a turma para o Rádio. Também fico sonhando: Rádio e TV Caos, Rádio e TV Perdidas na noite, Rádio e TV Amanhecer. Outro grande sonho: Faculdade de Educação e Comunicação da USP mais juntas... Continuo enfatizando a necessidade de uma formação do telespectador, do radio-ouvinte, etc., sobretudo aquele que trabalha na área de educação. Acredito que essas expressões e comunicações com vídeo, com rádio também colaborarão nesta busca de caminhos de uma formação de telespectador adulto, trabalhador da Educação. É claro que com isso estamos pensando nas crianças, nos adolescentes que convivem com esses adultos... Quando vocês tiverem um tempo venham visitar-nos, tá? Sala 5, do Audiovisual, térreo." A Profa. Mariazinha nos informa também que está fazendo parte do Conselho Editorial da Editora Loyola.

Aproximação com o Canadá

Durante os meses de maio, junho e julho a INTERCOM recebeu a visita de vários professores de Universidades canadenses. Em viagem de trabalho ao Brasil, os professores Paz Butterdahl e Daniel R. Birch, especialistas em educação da Universidade de British Columbia, de Vancouver, aproveitaram para conhecer o trabalho de nossa instituição, tendo em vista o projeto que essa Universidade desenvolve junto ao IRDEB. A Profa. Butterdahl participou no ano passado do VI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação realizado em Bertoga, em setembro. A Profa. Marike Pelinsky, da Mc Gill University, de Montreal, aproveitando sua estadia em Brasília, veio a S. Paulo para manter contatos com membros da Diretoria da INTERCOM. Ela também já havia participado do VI Ciclo.

O Brasil foi um dos oito países visitados pelo professor Dale Thompson da Mc Gill University que, em viagem patrocinada pela IDRC — International Development Research Center — veio conhecer pesquisadores e projetos na área de comunicação, com especial interesse nos aspectos políticos da comunicação, pois sua formação é na área de ciência política. Em nosso país, a INTERCOM foi escolhida como ponto de apoio para seus contatos com os pesquisadores brasileiros. Em reunião com a Diretoria da entidade, o Prof. Thompson apresentou os atuais objetivos da IDRC, principalmente no que se refere às possibilidades de uma maior cooperação entre pesquisadores brasileiros e canadenses.

INTERCOM & Folha de S. Paulo

Nosso Secretário Geral, Carlos Eduardo Lins da Silva é o novo secretário de redação da Folha de S. Paulo, cargo que assumiu no mês de junho depois de uma curta passagem pela reportagem e editoria desse jornal. Na Folha Informática, João Clodomiro do Carmo assumiu, no mês de julho, o cargo de Editor desse Caderno, no qual colabora desde sua criação há dois anos.

Não tão poucos, mas raros

Coordenada por nosso sócio Oswaldo Luiz Pepe, a mostra "Poucos & Raros" foi aberta no dia 19 de junho e se estende até o dia 19 de setembro, sendo aberta ao público, gratuitamente, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva 178. A 'Poucos & Raros' vem sendo realizada desde 1978, de dois em dois anos. Seu objetivo é apresentar, divulgar e documentar uma parcela da produção de livros e edições produzidas fora dos esquemas comuns. Essa produção não chega a ser conhecida senão por um pequeno grupo de pessoas devido às suas próprias características, passando despercebida inclusive aos organismos de pesquisa, documentação e arquivo. Essa amostra já foi realizada no MASP (SP, 1978), na Biblioteca Mário de Andrade (SP, 1980) e no "Festival Horizonte 82" (Berlim, 1982). Este ano contou com mais de 600 obras, tem sido um sucesso de público — que levou à sua prorrogação até o mês de setembro — e mereceu várias reportagens na imprensa.

INTERCOM na SBPC

Participaram da 36.^a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, o Prof. José Marques de Melo, com uma comunicação coordenada sobre "A pesquisa em jornalismo no Brasil: temáticas emergentes" contando com a participação dos sócios Vera Lúcia Rodrigues, Adalberto Pereira e Iso Zeguelman. Patrícia Menandro, fez também, uma comunicação oral sobre "Jornalis mo Escolar no Espírito Santo". A Presidente da INTERCOM apresentou um texto sobre "Arte, Comunicação e Sociedade: algumas anotações sobre a cultura na América Latina", no Simpósio coordenado por Luis Eduardo Wanderley, da PUC — S. Paulo.

Documentação em comunicação

Com a colaboração do CNPq — IBICT e da Escola de Comunicações e Artes da USP foi publicada a Bibliografia Brasileira de Comunicação n.º 5, que reúne 556 referências bibliográficas sobre livros,

revistas e teses publicadas no Brasil referentes ao ano de 1983. A pesquisa sobre a produção referente ao ano de 1983 para a Biblioteca Brasileira de Comunicação n.º 9 já está terminada, encontrando-se em fase de impressão.

Periódicos Brasileiros das décadas de 60 e 70

Com o apoio do CNPq e sob a coordenação do Prof. José Marques de Melo foi realizada a "Indexação dos Periódicos Brasileiros das décadas de 60 e 70". Essa pesquisa contou com a colaboração das sócias Inês Pereira da Cruz e Lívia Pedreira e encontra-se em fase de impressão.

Publicidade, ética e cultura

O número 11 da revista *Comunicação & Sociedade*, de junho de 1984, apresenta uma série de artigos sobre as relações da publicidade com a ética na sociedade contemporânea. Essa publicação conta com artigos em sua grande maioria escritos por sócios da INTERCOM. Tradicional revista na área de comunicação, ela está vinculada ao curso de Mestrado do Instituto Metodista de Ensino Superior, de São Bernardo do Campo.

Trabalhos de pesquisa do IMS

O Curso de Mestrado do Instituto Metodista de Ensino Superior — IMS — publicou o *Cadernos de Pós-graduação: Comunicação Social*, 3, sob a coordenação do Prof. José Marques de Melo e com artigos de Cecília Peruzzo, de Gerson Moreira Lima e Valtenizio Petrelli, entre outros. Nas palavras de seu coordenador, "trata-se em verdade de um conjunto de textos que procura dar uma ideia do tipo de produção científica que vem emergindo das dissertações de mestrados já defendidas. Fizemos uma consulta aos alunos que já concluíram o programa de pós-graduação e abrimos espaço para que pudessem trazer o conhecimento público segmento ou síntese dos seus trabalhos finais. Alguns optaram pela construção de artigos que resumem as principais constatações feitas nas respectivas dissertações. Outros preferiram destacar certos aspectos autônomos das suas pesquisas e apresentá-los como ensaios".

Editoração e sociedade brasileira

Esse é o tema do curso de aperfeiçoamento em nível de pós-graduação a ser ministrado pela Profa. Jerusa Pires Martins no segundo semestre deste ano no Departamento de Jornalismo da Escola de

Comunicação e Artes da USP. A problemática será enfocada a partir da questão do popular e do erudito.

Lançamentos de Livros

"Jornalismo empresarial: teoria e prática" é o novo livro lançado por Torquato Claudêncio Netto em concorrida noite de autógrafos na sede da Associação Brasileira de Revistas e Jornais de Empresa — ABERJ, no dia 8 de agosto. O livro foi publicado pela Sumus Editora.

Na sede da INTERCOM foi lançado o livro de ficção do Prof. Luis Beltrão, "A greve dos Desempregados", publicado pela Editora Cortes. Esse acontecimento proporcionou a oportunidade não somente de um encontro dos amigos e dos sócios da INTERCOM com o pesquisador pernambucano, como também de se conhecer a nova sede da entidade.

Será lançado durante o VII Ciclo o livro organizado pela nossa saudosa Ligia Averbuck para a Editora Nobel. Preocupada com a crescente influência dos meios de Comunicação de Massa, Ligia buscou, através de uma escolha de vários textos de diferentes autores — entre os quais os sócios da INTERCOM Dulcília Schneider Buitoni, Marília da Silva Franco, Antonio Hofffeldt, Anamaría Padua e Alice Milha — examinar a questão da "Literatura em Tempo de Cultura de Massa". Esse livro será certamente uma contribuição à uma visão de literatura que, agora não mais encaixada nos limites do texto escrito, poderá ter seu âmbito de influência ampliado.

INTERCOM e Livraria Seridó

Os sócios da INTERCOM têm um desconto especial (30%) na Livraria do Pereira. Especializada na área das Ciências Sociais, tem na área de comunicação um grande número de títulos. Aqueles que vivem fora de S. Paulo podem encomendar por carta ou telefone. O endereço é Av. Ipiranga, 300 — Galeria Copan, Loja 40 — Telefone 359-9035.

Errata

No boletim anterior, houve uma troca de textos nas matérias "A Campanha das Diretas e os Meios de Comunicação", que saiu assinada por Lúcia Araújo e "A Censura aos meios de Tele-rádiodifusão no Brasil", assinada por Marco Flávio Simões Coelho. Na verdade, os títulos correspondem aos trabalhos dos autores, mas os textos saíram trocados.

Margarita Londono

Luis Beltran na UNESCO

Luis Ramiro Beltran, 1.º Prêmio MacLuhan de Comunicação, a partir do mês de agosto, deixa seu posto no IDRC — International Development Research Center — para ser o novo conselheiro regional da Unesco para a América Latina, na área de comunicação. Beltran vai exercer seu novo cargo na cidade de Quito. Com vários livros e artigos publicados, o professor Beltran desenvolveu nos últimos anos uma contínua atividade de pesquisa em comunicação na América Latina, tendo estado várias vezes no Brasil.

Seminário sobre educação e comunicação popular

O IPAL — Instituto Para a América Latina — realizou de 5 a 8 de maio último um seminário sobre "Educação e Comunicação popular na América Latina: balanço e perspectivas". O objetivo foi promover um maior intercâmbio entre representantes de vários centros de educação popular na AL, e fomentar uma revisão das experiências que vem sendo realizadas nas últimas décadas. Pelo Brasil, participaram as pesquisadoras Joana Puntel e Regina Festa, que fez uma das principais exposições.

Argentina: As províncias e a Televisão

Na Argentina, o processo político de redemocratização atinge a área de comunicação. O 1.º Encontro Regional de Comunicação, realizado em abril, em General Roca, província do Rio Negro, promovido pela Secretaria de Comunicação Social, assinalou a necessidade de uma maior participação regional na produção da comunicação, uma vez que a grande preocupação dos participantes estava relacionada com a desvinculação das mensagens de comunicação da realidade local e com a passividade dos receptores frente à essas mensagens.

Uma publicação popular e útil

Saiu o número três da revista "Materiais para a Comunicação Popular", do Centro de Estudos sobre Cultura Transnacional, no Peru.

A publicação distingue-se pela originalidade, pela bela apresentação gráfica e pela importância de seus artigos para os movimentos e pesquisadores de comunicação popular. No último número deve-se ressaltar o artigo do professor Jesus Martin Barbero sobre "Cultura Popular e Comunicação de Massas" e o documento com o discurso de posse do novo prefeito de Lima, eleito por uma frente popular. O material para intercâmbio entre estudiosos e a agenda da comunicação representou uma importante contribuição na área.

Signo e pensamento com a UCLAP

Saiu também o número quatro da revista "Signo e Pensamiento", publicada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Joveriana da Colômbia, sob a direção de Joaquim Sanchez e Eduardo Valencia. A revista apresenta, como de hábito, uma série de interessantes artigos sobre comunicação, jornalismo e outros meios de divulgação. Destacam-se, neste número, os trabalhos sobre uso pedagógicos das novas tecnologias, informática e universidade. Em seu editorial, *Signo e Pensamiento* compromete-se com as posições adotadas pela UCLAP, em seu VIII Congresso, defendendo o direito de todos à comunicação.

Igreja e jornalismo no Chile

No campo da comunicação de resistência, a revista "Mensaje", do Chile, vem dando um exemplo de coragem, seriedade e bom jornalismo. "Mensaje" é uma publicação mensal, engajada com a realidade social do país e comprometida com a Igreja Católica da defesa da dignidade humana e os direitos civis nesse país. No último número, entre outros artigos sobre temas econômicos, culturais e sociais, destaca-se um estudo crítico das modificações que o governo impôs à lei sobre os abusos da publicidade.

Publicações italianas de comunicação

O professor Giuseppe Richeri que participou do VI Ciclo da Intercor em 1983, em Bertogio, editou recentemente o livro "La Television, entre serviço público e negócio", onde recolhe importantes trabalhos sobre a transformação da televisão na Europa Ocidental. O livro foi editado em espanhol pela Editorial Gustavo Gili, coleção Mass Média, Barcelona.

O professor Richeri também é o responsável pela coordenação do número especial da publicação *Informazione Rádio e TV*, publicada pela Rádio e TV Italiana — RAI. Este número especial é dedi-

cado ao uso do satélite e novas tecnologias na televisão. Entre os artigos publicados, citamos o do próprio professor Richeri sobre "A difusão via satélite nos Estados Unidos", além do trabalho de Roberto Grandi sobre "Experimentação e sistema operativo de video-texto e teletexto: uma visão comparativa na Europa e América do Norte", além do trabalho sobre "Video-comunicação na França; DBS, video-texto e fibra ótica", do pesquisador frances Jean-Claude Quémou, um dos participantes do VI Ciclo da Intercom.

Literatura em Tempo de Cultura de Massa

Ligia Averbuck (org.) • Regina Zilberman • Marlyse Meyer
Vera Santos Dias • Dulcília Schröder Buitoni • Teresa
Montero Otondo • Marília da Silva Franco • Antonio
Hohfekl • Anamaria Fadul • Alice Miaka Koshiyama



Nobel

BIBLIOGRAFIA CORRENTE DE COMUNICAÇÃO

Nº 45, março/abril de 1984

Coordenação:

Maria Christina Barbosa de Almeida

Bibliotecárias:

Irali Antônio — ECA/USP

Vera Lúcia da Veiga Bellatti — Bolsista CNPq/IBICT

Resumidores:

Elisabete Ueta (eu)

Lourdes Eugênia Pessotti (lep)

Marcos Antonio de Lima (mal)

Publicação editada pelo PORT-COM — Centro de Documentação da Comunicação nos Países de Língua Portuguesa — órgão complementar da Intercom, mantido com a colaboração da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 20793 — São Paulo — 01498-SP.

Para realização deste trabalho de inventário bibliográfico, a INTERCOM vem contando com o auxílio do IBICT — Instituto Brasileiro de Informação sobre Ciência e Tecnologia, órgão do CNPq.

OBRAS DE REFERÊNCIA

TALENTO 1984. São Paulo, T alento Publicações Editora e Gráfica Ltda., 1984, 478p.

Anuário de agências e profissionais de comunicação brasileiros ligados à propaganda. Relaciona nomes e endereços, divididos por áreas de especialização, desde fotografia, ilustração, serviços gráficos e animação até laboratórios, estúdios e fornecedores de equipamentos e materiais. Traz, inclusive, modelos de trabalhos de vários profissionais e agências citados. (eu)

COMUNICAÇÃO — TEORIA

DIAZ BORDENAVE, Juan E. A Comunicação e o fortalecimento da organização popular. *Revista de Cultura* Vozes, 78(1):46-54, jan/fev. 1984.

Parte da distinção de três movimentos sociais, na América Latina: 1. o desenvolvimento modernizador; 2. o conservadorismo tradicional; e 3. a organização popular para a comunicação. Dando cada movimento e observa sua relação com a comunicação. Dando maior ênfase ao terceiro, apresenta propostas "possíveis de ações de comunicação para o fortalecimento das organizações populares"; além de ressaltar o papel do "comunicador cristão". (eu)

COMUNICAÇÃO DE MASSA

- BOFF, Leonardo, frel. Comunicação, libertação e direitos humanos: releitura do discurso da Igreja no Brasil. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 81-9. Analisa o relacionamento da Igreja com a sociedade de classes. Faz, também, uma avaliação da presença da Igreja na realidade sócio-histórica brasileira, com a passagem de uma comunicação pastoral espiritualista e alienante para uma prática pastoral que levou à teologia da libertação. (lep)
- CANABRAVA FILHO, Paulo. Comunicação e poder. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 70-7. Faz considerações sobre a utilização do sistema de comunicação como instrumento de dominação. Relacionando os meios de comunicação com as estruturas de poder, avalia a sua atuação alienante, através de uma comunicação paternalista a serviço da dominação. (lep)
- CNBB. Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social. Carta aos comunicadores. *Revista de Cultura Vozes*, 78(3):5-11, abr. 1984. Trata-se de uma reflexão sobre o papel dos comunicadores no Brasil, aproveitando o tema — "As comunicações sociais, instrumento de encontro entre fé e cultura" — do dia mundial das comunicações sociais, 3-5-84. (eu)
- LEAL FILHO, Laurindo. Comunicação: mercadoria ou bem social? In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 90-6. Analisa a produção da informação-mercadoria pelos setores metropolitanos da economia brasileira. Faz, além disso, uma avaliação das possibilidades de participação popular na linha editorial dos meios de comunicação que, com a democratização do Estado, permitem a transformação da informação-mercadoria em bem social. (lep)
- NEOTTI, Cláudio, frel. Igreja e NOMIC. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 82-9. Avalia a situação da Igreja Católica junto aos meios de comunicação. Faz, também, uma análise do processo através do qual, nos últimos 20 anos, a Igreja esteve empenhada no movimento que objetiva a Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação. (lep)
- SOARES, Ismar de Oliveira. UOCB: por uma nova pastoral da comunicação. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 311-4. Define o espaço específico de atuação da União Cristã Brasileira de Comunicação Social a partir da avaliação do processo que levou essa entidade a fixar objetivos dentro das propostas de Puebla e a implantar o projeto da Lettura Crítica de Comunicação. (lep)

EDITORACAO

- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo, Cortez, 1984. 93p. Analisa como o conceito de trabalho, numa sociedade capitalista, é apresentado pelos livros didáticos, e como é assimilado pelas ideologia da classe dominante, ressalta o papel do educador na desmitificação desse discurso diante da realidade vivida pelo educado. (eu)

FOTOGRAFIA

- ARCARI, Antonio. *A fotografia: as formas, os objetos, o homem*. São Paulo, Martins Fontes, 1983. 199p. Com uma finalidade didática e formativa, discute os aspectos culturais e estéticos da fotografia, utilizando-se para tal, de vasto material ilustrativo. (a.s.s.)
- FLUSSER, Vilém. A distribuição de fotografias. *Iris*, 370-367, maio 1984. Analisa a fotografia, o fotógrafo e o veículo fotográfico para uma compreensão do que faz uma determinada fotografia ser vista como arte ou não. (mal)
- REIS, Manuel. Anotações gerais para uma crítica de arte. *Iris*, 371-14, jun. 1984. Trata da posição da crítica enquanto processo de revisão e renovação da linguagem artística. (mal)
- VASQUEZ, Pedro. Um Instituto em defesa da fotografia. *Iris*, 371-10, jun. 1984. Fala sobre a criação do Instituto Nacional de Fotografia, suas finalidades e função. (mal)

HISTORIA EM QUADRINHOS

- LUYTEN, Sonia Maria Bilis. Quadrinhos e direitos humanos: da violação à possibilidade da proteção dos direitos humanos. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 131-9. Análise da trajetória das histórias em quadrinhos brasileiras, nos últimos anos. Apresenta considerações sobre a adequação do uso de HQ em livros didáticos e avalia a participação, dessa forma de comunicação, em publicações patrocinadas por organizações comunitárias, em defesa dos direitos humanos. (lep)

JORNALISMO

- ABRAMO, Persou. Censura no pós-64: caminhos da resistência. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 171-83.

Analisa o que é e como atua a censura, baseada em uma experiência brasileira dos últimos anos. Abordando a lógica de um sistema que atua através do Estado e das empresas, identifica diferentes fases da luta contra a censura a partir de 64 e sugere campanhas necessárias para que essa luta tenha continuidade. (lep)

ARNS, Paulo Evaristo. D. A comunicação e os direitos humanos. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 16-21.

Apresenta algumas reflexões sobre a atuação da censura em detrimento da liberdade de imprensa e faz considerações sobre a necessidade de uma Declaração Universal dos Direitos Humanos frente aos grandes problemas econômico-sociais e políticos da atualidade. (lep)

CANO, Ricardo Obregon. A perseguição aos jornalistas argentinos: exigência da doutrina de segurança nacional. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 184-93. Relato das restrições à liberdade de informação impostas ao povo argentino pelo regime instaurado em março de 1976. Resume os principais aspectos do cerceamento ao direito de expressão e apresenta algumas apreciações feitas pelo Tribunal Permanente dos Povos, no qual foram julgados os crimes cometidos contra o povo argentino. (lep)

TAVARES, Flávio. Experiência pessoal de um jornalista perseguido pela repressão na América Latina. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 160-70. Relata as experiências de atuação profissional junto às restrições decorrentes do sistema político implantado em 1964. A partir da exposição de suas experiências com a censura, suas prisões e vivência no exílio, faz algumas considerações sobre a missão jornalística e o compromisso de unidade entre os comunicadores do Brasil de hoje. (lep)

PROPAGANDA

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. O "outro" no discurso da publicidade. *Revista de Cultura Vozes*, 78(3):38-43, abr. 1984. Trata da linguagem dos discursos publicitários e de alguns mecanismos lingüísticos subjacentes. Antes, utilizando-se de Benveniste, Vogt e Bakhtin, tece considerações sobre linguagem. Analisa, então, dois textos publicitários para destacar a falta de espaço e a não permissão de réplica do interlocutor anônimo. (eu)

TEATRO

ATRAS da máscara: segredos pessoais e profissionais de grandes atores brasileiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. 2v. (Coleção Teatro hoje, v.37-a e 37b)

Apresenta uma série de entrevistas, feita pelo jornalista Simon Khoury, com atores representativos do teatro brasileiro. Nestes dois volumes, há depoimentos de Gianfrancesco Guarnieri, Italo Rossi, Jardel Filho, Jorge Dória, José Wilker, Juca de Oliveira, Leonardo Villar, Milton Carneiro, Othon Bastos, Paulo Autran, Raul Cortez, Rubens Correa, Sérgio Britto e Walmor Chagas. (eu)

MORENO, Jacob Levy. *O teatro da espontaneidade*. São Paulo, Summus, 1984. 150p.

Define o teatro da espontaneidade. Distinto do tradicional, baseia-se na criatividade espontânea de seus participantes. Analisa e determina este processo criativo, sua relação com o psicodrama e o drama moderno. Expõe, ainda, sua contribuição à teoria da espontaneidade, à técnica de atuação e à comunicação interpersonal, além de sua importância em áreas como a psicologia e educação. (eu)

Paulo Pontes e Oduvaldo Viana Filho: vitória da dramaturgia brasileira. In: DEFESA da cultura nacional. 2. ed. São Paulo, Auxiliari, 1984. v.2, p. 63-9.

De como Paulo Pontes e Vianinha mudaram os rumos da dramaturgia brasileira, pensando a função do teatro dentro de uma sociedade com as nossas características, e abrindo espaços e novas direções, para uma dramaturgia, mais de acordo com a realidade sócio-cultural vivida por um país como o nosso. (mal)

PEIXOTO, Fernando. Perspectivas do teatro brasileiro na década de 80. In: DEFESA da cultura nacional. 2. ed. São Paulo, Auxiliari, 1984. v.2, p. 70-3.

A necessidade do teatro de recuperar sua teatralidade, sua produção sócio-cultural, sua criatividade e seu público. (mal)

PEIXOTO, Fernando. Três ilustres falecidos. In: DEFESA da cultura nacional. 2. ed. São Paulo, Auxiliari, 1984. v.1, p. 119-120.

Análise três momentos de renovação da dramaturgia nacional — Nelson Rodrigues, Arena e Oficina — três lados de uma mesma preocupação: a de mudar o panorama da encenação da dramaturgia nacional. (mal)

TELEVISAO

BARROZO, Orlando. As cores do vídeo no mundo todo. *Videonews*, 2(19):64-8, jan. 1984.

Mostra diferenças entre os 3 sistemas de transmissão de televisão em cores — o NTSC, o PAL e o SECAM — e os diversos padrões que cada um utiliza. (mal)

FADUL, Anamaria, coord. Participação planejada. In: UNIAO CRISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 124-30. Estudo, realizado pelos alunos da ECA/USP, que enfoca o programa "O Povo na TV" quanto a seu conteúdo ideológico. Nesse trabalho, são avaliados os aspectos de linguagem, o posicionamento político e a orientação da participação popular. (lep)

JORDÃO, Fernando Pacheco. A tv à espera da democracia. In: DEFESA da cultura nacional. 2. ed. São Paulo, Auxiliari, 1984. v.2, p. 58-9.

O monopólio da comunicação e o uso da tv como um meio para a formação de uma sociedade da informação, elitista e geradora de uma "monocultura" que corresponde aos anseios dos que a manipulam. (mal)

A lareira eletrônica é real. In: DEFESA da cultura nacional. 2. ed. São Paulo, Auxiliari, 1984. v.2, p. 51-7.

Discussão da ação da televisão na sociedade brasileira, seu papel na transformação dos hábitos e costumes dessa sociedade, e a validade e o modo de realização desse papel. (mal)

PACHECO, Elza Dias et alii. TV e criança: do projeto educativo ao direito à educação. In: UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1983. p. 97-123.

Relato dos trabalhos de doutorado e mestrado de três professoras que analisam o fenômeno televisão quanto a seus efeitos e influências sobre o comportamento infantil, tendo em perspectiva a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência crítica no uso dos produtos de lazer oferecidos por esse meio de comunicação. (lep)

PIGNATARI, Décio. *Signagem da televisão*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 192p.

Análise da signagem da TV, da linguagem não-verbal, icônica, que acarreta todo um sistema de significação que atua ao nível do inconsciente do público televisivo. (mal)

TAVOLA, Artur da. *A Liberdade de ver*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. 312p. (Série Televisão em leitura crítica)

Primeiro volume desta série, traz uma abordagem ampla sobre televisão. Levanta críticas favoráveis e contrárias, questionando ambos os lados. Analisa a TV enquanto um "instrumento ideológico" desde sua influência nas sociedades modernas até suas características e efeitos peculiares, destacando sua presença na educação e cultura. (eu)

VIDEO

PLAZA, Júlio. *V. Ideografia em videotexto*. São Paulo, PUC, 1983. 213p. Tese (mestrado).

Trata da linguagem em um novo veículo de comunicação: o videotexto. Criação da década passada, seu caráter bi-direcional inova os meios de comunicação de massas; é a interatividade entre recepção e emissão. Numa primeira parte, descreve seus mecanismos e potencialidades. Esta apresentação possibilita a análise de sua linguagem: um campo de experimentações das linguagens de outros veículos. (eu)

REIS, Maria Isabel. Matando saudades com o vídeo. *V.deo-neus*, 3(23):10-4, maio, 1984.

Apresenta as Videotecas contendo fitas gravadas originais de diversas nacionalidades, como forma de manter vivas essas mesmas nacionalidades. (mal)

REIS, Maria Isabel. Mercado: o que os fabricantes esperam. *Videoneus*, 2(22): 12-5.abr. 1984.

Análise perspectivas do mercado nacional para as empresas produtoras de equipamentos de vídeo no Brasil. (mal)

ACESSO AOS DOCUMENTOS DESTA BIBLIOGRAFIA:

Todo o material aqui repertoriado encontra-se à disposição dos interessados na BIBLIOTECA DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES/USP, Cidade Universitária, CEP 05508 — SP — Tel.: 814-8881 — Ramal 29.



PUBLICAÇÕES INTERCOM

LIVROS

- Ideologia e Poder no Ensino da Comunicação (1979) – Cr\$ 5.000,00
Comunicação e Classes Subalternas (1980) – Cr\$ 5.000,00
Populismo e Comunicação (1981) – Cr\$ 5.000,00
Comunicação, Hegemonia e Contra-informação (1982) – Cr\$ 5.000,00
Jornalismo Científico e Dependência: o caso brasileiro (1982) – esgotado
Temas Básicos em Comunicação (1983) – Cr\$ 2.500,00
Pesquisa em Comunicação no Brasil (1983) – Cr\$ 5.000,00
Teoria e Pesquisa em Comunicação: Panorama Latinoamericano (1983)
– Cr\$ 5.000,00
A Questão do Obsceno (1984) – no prelo

CADERNOS INTERCOM – Cr\$ 2.000,00 (unidade)

Nº 1 – Jornalismo Popular

Nº 2 – Televisão, Poder e Classes Trabalhadoras

Nº 3 – Comunicação Latino-americana: reforma-revolução

Nº 4 – Novas Tecnologias de Comunicação e Educação: usos e abusos

Nº 5 – Carnaval Brasileiro: comunicação de massas ou folkcomunicação

Nº 6 – História e comunicação: desafios à pesquisa

Nº 7 – Rádio e Cultura no Brasil – no prelo

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (anual) Cr\$ 2.000,00

QUEM É QUEM NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO (anual) Cr\$ 2.000,00

Preços válidos até 30 de setembro de 1984. Os sócios da Intercom tem

desconto de 20%. Pedidos Para INTERCOM – Caixa Postal 20793.

Cep: 01498 – SP – Brasil

Sede: Rua Dr. Nicolau de Souza Queiróz, 478 – Fone: 571-5076



A tecnologia nacional
passou dos limites.
Palavra da SID.

A BULL ARGENTINA,
segunda maior empresa de
Informática da Argentina, filial da
BULL, uma das maiores empresas
da indústria de informática mundial, elegeu
a SID como a melhor solução para atender os sistemas
bancários argentinos.

Exatamente o que fizeram as maiores instituições
financeiras brasileiras.

De outro lado, a SID elegeu a BULL ARGENTINA,
pelo seu padrão de qualidade e importância no
contexto mundial de Informática, como a
responsável pela distribuição dos seus equipamentos no
Uruguai, Paraguai, Argentina, Bolívia, Chile e Peru.

E com a prioridade de comercialização para todos os
demais países de língua hispânica.

Tecnologia SID, tecnologia nacional de
padrão internacional. Mesmo.

SID
INFORMÁTICA S.A.